

# Comissão de Lambeth sobre a Comunhão



## Relatório de Windsor 2004

Publicado pelo Escritório da Comunhão Anglicana  
Londres, Reino Unido

# Apresentação

---

*Revmo. Bispo Robin Eames, Arcebispo de Armagh  
Presidente da Comissão de Lambeth*

O que acreditamos ser a vontade de Deus para a Comunhão Anglicana?

Esta pergunta nunca esteve longe do pensamento dos membros da Comissão de Lambeth durante o difícil trabalho que realizamos no ano passado.

Desde os anos de 1970, controvérsias sobre questões da sexualidade humana se tornaram crescentemente divisivas e destrutivas em toda a Cristandade. Na Comunhão Anglicana, a intensidade do debate sobre estas questões nas sucessivas Conferências de Lambeth mostrou a realidade dessas divisões.

A decisão da 74ª Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, dando consentimento à eleição do bispo Gene Robinson para a Diocese de New Hampshire, a autorização dada por uma diocese da Igreja Anglicana do Canadá para uso de rito público de bênção para uniões do mesmo sexo, e o envolvimento em outras províncias de bispos, sem autorização ou aprovação do bispo em exercício, a fim de exercer funções episcopais, têm revelado grandes divisões na Comunhão Anglicana. Tem-se falado em crises, cismas e realinhamento. Vozes e declarações têm apresentado uma Comunhão em crise.

Essas divisões são óbvias em vários níveis da vida anglicana: entre províncias, entre dioceses e entre clérigos e leigos anglicanos individualmente. A popular identificação de “conservadores” e “liberais” e “o ocidente” em oposição ao “sul global” se transformou em uma hiper-simplificação – divergências de opinião também se tornaram evidentes no interior de províncias, dioceses e paróquias. Várias declarações e decisões em diferentes níveis de liderança e de membros da Igreja têm demonstrado a profundidade das reações. Entre outras tradições cristãs, as reações aos problemas do Anglicanismo têm sublinhado sérias preocupações em relação a essas questões em todo o mundo. Têm-se feito comparações com as controvérsias sobre a ordenação feminina há alguns anos. Mas a força com que se expressam atualmente as posições divergentes é muito maior. Perguntas têm sido feitas sobre a natureza da autoridade na Comunhão Anglicana, a inter-relação dos tradicionais Instrumentos de Unidade, a maneira como a Escritura Sagrada é interpretada pelos anglicanos, as prioridades da autonomia histórica consagrada nas províncias anglicanas, e há ainda questões de justiça. Contudo, a Comissão de Lambeth esteve ciente de que o exame, no âmbito de suas atribuições, de qualquer aspecto específico das relações inter-anglicanas sobrepõe-se a e se relacionam com outros, e tem muito a ver com o tipo de Comunhão Anglicana que deveria melhorar a vida e a adoração de nossa diversificada família de igrejas em todo o mundo.

Aquilo que poderia se chamar de “a face humana” dessas divisões se tornou claro para a Comissão. Nas províncias, dioceses e paróquias, onde os cristãos anglicanos têm experimentado diferentes graus de separação e exclusão, devido às diferenças de opinião entre líderes e membros, tem havido muito sofrimento e desilusão. Outras questões vieram à tona sobre a supervisão episcopal numa diocese em que um significativo grupo de anglicanos se vê distanciada de seu bispo. A Comissão viu e ouviu esses sentimentos.

Durante o seu trabalho, a Comissão de Lambeth reconheceu a existência dentro da Comunhão Anglicana de uma grande clientela de membros fiéis que ficaram preocupados e confusos pela intensidade das opiniões contrárias sobre questões de sexualidade. Esse grupo congrega adoradores que anseiam por formas de comunhão que possam oferecer estabilidade e encorajamento na sua peregrinação. Às vezes, eles sentem que suas vozes foram eclipsadas pela intensidade dos sons que vêm de lados opostos do debate.

A Comissão de Lambeth foi instalada em outubro de 2003 pelo Arcebispo de Cantuária a pedido dos primazes anglicanos. O mandato falava dos problemas que estavam acontecendo em consequência dos citados desenvolvimentos, e da necessidade de encontrar formas de encorajar a comunhão dentro da Comunhão Anglicana. O mandato não exigia um juízo por parte da Comissão sobre questões de sexualidade. Antes, solicitava o exame de formas pelas quais a comunhão e o entendimento pudessem ser ampliados onde sérias diferenças ameaçavam a vida de uma Igreja universal diversificada. Em resumo, como a Comunhão Anglicana enfrenta as relações entre as partes que a compõem num verdadeiro espírito de comunhão?

Enquanto a Comissão exercia seu mandato, a atmosfera na Comunhão Anglicana continuava refletindo a profundi-

dade das emoções referentes a estas questões. Na verdade, durante o ano passado, os acontecimentos na Comunhão Anglicana levou observadores a concluir que nosso trabalho foi tão atingido pelas decisões de algumas províncias e pelas declarações individuais de líderes da igreja, que qualquer conclusão alcançada seria irrelevante. Para esses observadores, parece que a Comunhão Anglicana trilha o caminho da autodestruição. Reconheço a disposição de amplos setores da Comunhão Anglicana de permitir espaço para esta Comissão completar o seu relatório. Entretanto, em alguns casos, o pedido do Arcebispo de Cantuária e dos Primazes de se abster de desenvolvimentos ou pronunciamentos que pudessem tornar o trabalho da Comissão de Lambeth mais difícil foi ignorado.

O peso das convicções e dos sentimentos de todos os lados das atuais questões tem ocasionalmente apresentado um grau de aspereza e falta de caridade que é novo no Anglicanismo. Não é novidade na Comunhão haver processos de dissidência, mas isso nunca se manifestou antes com tanta força, nem de forma tão acessível ao exame internacional. Nem todas as opiniões defendidas foram apresentadas de maneira que pudessem conduzir ao diálogo ou encorajar a comunhão. Modernos métodos de comunicação, e em particular a Internet, tornaram-se poderosos meios de manifestar e influenciar opiniões. Esse fato requer cuidadosa atenção da Comunhão Anglicana, quando consideramos seus tradicionais processos de tomada de decisão.

Os “laços de afeição” freqüentemente citados como precioso atributo da vida da Comunhão Anglicana, bem como os instrumentos de comunhão e unidade, têm sido ameaçados pelas atuais divisões. Enquanto as atenções nesse sentido se voltam para os acontecimentos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e da Igreja Anglicana do Canadá, fica claro que esta ameaça tem aumentado por causa das reações que provoca.

Este relatório não é um julgamento. É parte de um processo. É parte de uma peregrinação na direção da cura e da reconciliação. As proposições que seguem tentam olhar para diante em vez de só recontar as dificuldades que surgiram. A maior parte das sugestões recebidas pela Comissão tem apoiado a continuidade da Comunhão Anglicana como instrumento da graça de Deus para o mundo.

Ao longo do trabalho desta Comissão, foram apresentadas por seus membros inúmeras e diferentes opiniões. Essas opiniões foram compartilhadas abertamente. Chegamos a uma posição que levou a sério nossas diferentes opiniões, e no entanto podemos oferecer conjuntamente este relatório para exame de toda a Comunhão Anglicana.

Está sendo criado um procedimento para o estudo deste relatório e haverá oportunidade para a Comunhão Anglicana como um todo avaliar suas conclusões. Entretanto, se não se encontrarem formas realísticas e visionárias para atender aos presentes níveis de discordância ou para alcançar consenso sobre estruturas que encorajem maior entendimento e comunhão no futuro, é duvidoso que a Comunhão Anglicana possa continuar na sua forma atual.

Talvez a maior tragédia de nossas dificuldades hoje seja a conseqüência negativa que poderá ter na missão da Igreja para um mundo sofredor e confuso. No momento em que a Comissão chegava ao seu final, os gritos de crianças numa escola no sul da Rússia nos lembravam de nosso verdadeiro testemunho e ministério em um mundo confrontado com a pobreza, com a violência, o HIV/Aids, a fome e a injustiça.

Como presidente da Comissão, foi meu privilégio dirigir e coordenar o trabalho no cumprimento do seu mandato. Presto calorosa homenagem ao envolvimento de todos os membros da Comissão, que trabalharam com tanto compromisso na sua difícil tarefa, e desfrutaram de verdadeira fraternidade cristã em seu trabalho. Esta tarefa envolveu três exaustivas reuniões plenárias: duas em St. George, Windsor, Inglaterra, e uma no Kanuga Conference Centre, Carolina do Norte, Estados Unidos, além de meses de intensa pesquisa, debates e orações, enquanto a Comissão analisava os problemas e revisava as inúmeras sugestões que vieram de todas as partes da Comunhão Anglicana e fora dela. Além das apresentações orais, a Comissão agradece as inúmeras sugestões escritas e disponibilizadas a todos os seus membros. Houve uma verdadeira busca da vontade de Deus para a Comunhão Anglicana. Cada reunião começou com adoração e estudo bíblico. A Comissão foi muito encorajada pelas expressões de apoio por meio de orações em favor de seu trabalho.

Reconheço a assistência e o minucioso trabalho do secretário da Comissão, Cônego Gregory Cameron, Diretor de Estudos e Assuntos Ecumênicos no escritório da Comunhão Anglicana em Londres; à assessoria de nosso consultor jurídico, Cônego John Rees; à equipe da secretaria do Escritório da Comunhão Anglicana, no edifício St. Andrew, Londres; e ao Rev. Brian Parker, que atuou como assessor de comunicação. O Dr. Albert Gooch, presidente do Kanuga Conference Centre, na Carolina do Norte, foi o facilitador de toda uma realização da reunião da Comissão e forneceu muita assistência prática nos custos envolvidos na ocasião. O deão e o Capítulo do St. George College, Windsor, Inglaterra, hospedaram duas de nossas três reuniões. Manifesto meus sinceros agradecimentos a todos eles e à equipe de funcionários de Kanuga e Windsor.

A Comissão de Lambeth esteve ciente da confiança nela depositada pela Comunhão Anglicana e, apesar das dificuldades que encontrou, apresenta este relatório na fervorosa esperança de que ele encoraje os níveis de compreensão ampliados que são essenciais para o futuro da Comunhão Anglicana. Acima de tudo, oro para que o relatório seja considerado como uma sincera contribuição ao que realmente quer dizer comunhão para os anglicanos.

+ Robert Armagh

Outubro, 2004

# Comissão de Lambeth sobre a Comunhão

---

## - Mandato -

O Arcebispo de Cantuária solicita à Comissão:

1. Examinar e relatar até 30 de setembro de 2004, em preparação para as reuniões dos Bispos Primazes e do Conselho Consultivo Anglicano, sobre as implicações legais e teológicas resultantes das decisões da Igreja Episcopal dos Estados Unidos de ordenar um presbítero, que vive em união conjugal com pessoa do mesmo sexo, como um de seus bispos; e da Diocese de New Westminster de autorizar ofícios para uso de uniões do mesmo sexo, e especificamente com relação ao significado canônico de comunhão, comunhão deteriorada e rompida, e as formas pelas quais as províncias da Comunhão Anglicana podem se relacionar umas com as outras em situações onde as autoridades eclesiásticas de uma província se consideram incapazes de manter plena comunhão com outra parte da Comunhão Anglicana.

2. Incluir no seu relatório recomendações práticas (inclusive reflexões sobre modelos emergentes de provimento de supervisão episcopal para aqueles anglicanos dentro de uma jurisdição específica, onde a plena comunhão dentro de uma província está ameaçada) para manter o mais alto grau de comunhão possível, nas circunstâncias resultantes dessas decisões, tanto no interior de como entre as igrejas da Comunhão Anglicana.

3. Depois, tanto quanto possível, e com especial referência às questões levantadas na Seção IV do Relatório da Conferência de Lambeth de 1998, fazer recomendações aos Primazes e ao Conselho Consultivo Anglicano, a respeito das circunstâncias e condições excepcionais sob as quais, e os meios pelos quais, seria apropriado para o Arcebispo de Cantuária exercer um ministério extraordinário de episcopado (supervisão pastoral), apoio e reconciliação em relação a assuntos internos de uma província diferente da sua, com a finalidade de manter comunhão com a referida província e entre a referida província e o resto da Comunhão Anglicana.

4. Levar na devida consideração, em suas deliberações, o trabalho já realizado sobre questões de comunhão pelas Conferências de Lambeth de 1988 e 1998, bem como os pontos de vistas expressos pelos Primazes da Comunhão Anglicana em seus comunicados e cartas pastorais produzidos em suas reuniões desde 2000.

# Membros da Comissão

---

1. Arcebispo Robin Eames, Primaz da Irlanda, presidente.
2. Rev. Cônego Alyson Barnett-Cowan, Diretor de Fé, Adoração e Ministério, Igreja Anglicana do Canadá.
3. Bispo David Beetge, Deão da Igreja da Província da África do Sul.
4. Professor Norman Doe, Diretor do Centro de Direito e Religião, Universidade Cardiff, País de Gales.
5. Bispo Mark Dyer, Diretor de Formação Espiritual, Seminário Teológico de Virginia, Estados Unidos.
6. Arcebispo Drexel Gómez, Primaz das Índias Ocidentais.
7. Arcebispo Josiah Iduwo-Fearon, Arcebispo de Kaduna, Igreja Anglicana da Nigéria.
8. Rev. Dorothy Lau, Diretor do Conselho do Bem-Estar Social Sheng Kung-Hui de Hong Kong
9. Sra. Anne McGavin, Advogada, Ex-Assessora Jurídica do Colégio de Bispos da Igreja Episcopal Escocesa.  
A Sra. McGavin renunciou por razões pessoais após a primeira reunião da Comissão.
10. Arcebispo Bernard Malango, Primaz da África Central
11. Dra. Esther Mombo, Deã Acadêmica do Seminário Teológico Unido São Paulo, Limuru, Quênia.
12. Arcebispo Barry Morgan, Primaz do País de Gales.  
O Arcebispo Morgan não pôde estar presente à primeira reunião da Comissão.
13. Chanceler Rubie Nottage, Chanceler das Índias Ocidentais.  
A Sra. Nottage não pôde estar presente à segunda reunião da Comissão.
14. Bispo John Paterson, Bispo de Auckland e presidente do Conselho Consultivo Anglicano.
15. Dr. Jenny Te Paa, Diretor do Colégio São João Evangelista, Auckland, Nova Zelândia.
16. Bispo James Terom, Moderador, Igreja do Norte da Índia.
17. Bispo N Thomas Wright, Bispo de Durham, Igreja da Inglaterra

## Equipe de Apoio

1. Rev. Cônego Gregory Cameron, Diretor de Estudos e Assuntos Ecumênicos,  
Escritório da Comunhão Anglicana, Secretário da Comissão.
2. Rev. Cônego John Rees, Conselheiro Legal do Conselho Consultivo Anglicano,  
Consultor Jurídico da Comissão.

## Assistentes Administrativos

Rev. Terrie Robinson, Escritório da Comunhão Anglicana  
Sra. Christine Codner, Escritório da Comunhão Anglicana

## Comunicação

Rev. Brian Parker, Assessoria de Imprensa da Igreja da Irlanda

# O RELATÓRIO

## Seção A: Propósitos e Benefícios da Comunhão

### *A Comunhão que nos foi dada em Cristo: fundamentos bíblicos*

1. Deus revelou, em Jesus Cristo, seu glorioso plano para resgatar toda a ordem criada de tudo o que a desfigura, corrompe e destrói. O estímulo e o drama desta realização inicial e deste propósito final estão presentes em todo o Novo Testamento, e formam o contexto para se compreender porque Deus chamou um povo por meio do evangelho, e como este povo deve compreender sua identidade e ordenar sua vida.

2. Particularmente, como a carta aos Efésios mostra, o povo de Deus existe para ser, por obra do Espírito, um  *sinal antecipador* da cura divina e da futura restauração do mundo. Aqueles que, apesar de seus pecados, são salvos pela graça por meio da fé no evangelho de Deus (2:1-10) devem viver como uma família unida em meio a tradicional etnia e outras fronteiras humanas (2:11-22), e assim revelar a maravilhosa sabedoria do único e verdadeiro Deus aos poderes hostis e divisivos do mundo (3:9-10), na medida em que descobrem e celebram a extraordinária amplitude do amor de Deus, que se fez conhecido pela presença de Cristo em seus corações (3:14-21). A unidade redimida que é a vontade de Deus para toda a criação, é para ser vivida na vida da igreja na medida em que, por meio de seus vários ministérios dados por Deus, aquela é construída como Corpo de Cristo, e cresce em maturidade anunciando a verdade em amor (1:10,22-3; 4:1-16). A igreja, participando da missão de Deus no mundo pelo fato de sua vida coletiva, precisa anunciar a santidade que antecipa o resgate final do mundo por Deus dos poderes e da corrupção do mal (4:17-6:20).

3. A *unidade* da igreja, a *comunhão* de todos os seus membros uns com os outros (que são os assuntos principais deste relatório), e a *santidade radical* à qual todo o povo de Cristo é chamado, estão assim enraizadas na vida trinitária e nos propósitos do único Deus. Elas foram criadas não para o seu próprio benefício (como se os negócios internos da igreja fossem um fim em si mesmos), mas para servir e dar sentido à missão de Deus no mundo, através da qual Deus proporciona a homens e mulheres, às sociedades humanas e ao mundo inteiro sinais reais e antecipações daquele amor que cura, que um dia colocará todas as coisas em ordem. A comunhão que desfrutamos com Deus em Cristo e pelo Espírito Santo, e a comunhão que desfrutamos com todo o povo de Deus vivo e morto, é a encarnação prática concreta e fruto do próprio evangelho, as boas novas da ação de Deus em Jesus Cristo, para lidar de uma vez por todas com o mal e inaugurar a nova criação. A unidade (especificamente celebrando a diversidade nesta unidade) à qual o Corpo de Cristo é chamado, que nasceu pela ação do Espírito por meio do evangelho, é sustentada e mantida por meio dos ministérios apostólico, profético, evangelístico, pastoral e de ensino que o Espírito proporciona. Tudo o que pode ser dito sobre unidade e comunhão pressupõe este fundamento no próprio evangelho. Pressupõe, de igual modo, que esta unidade e comunhão não têm sentido a menos que produzam aquela santidade de vida alcançada nos vários contextos práticos pelos quais a igreja anuncia ao mundo que uma nova maneira de ser humano, em oposição a padrões de vida corruptos e desumanizantes, foi lançada no mundo. Em outras palavras, unidade, comunhão e santidade se pertencem. Em última análise, questões referentes a uma também são referentes a todas.

4. Esses temas são tratados de maneira dramática na primeira carta de Paulo aos Coríntios. Escrevendo para à atormentada comunidade ali existente, Paulo começa seu ministério pastoral e restaurador (baseado em seu ministério apostólico e evangelístico já exercido), lembrando-lhes o verdadeiro dom de Deus é a sua identidade em Cristo. Escreve-lhes na graça e paz que é “de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo” (1:3). Os coríntios, continua Paulo, são um povo que foi “santificado em Cristo Jesus” e são “chamados para ser santos” (1:2). Em Cristo, eles são “enriquecidos de todas as formas na palavra e no conhecimento de toda sorte”, e “não lhes falta nenhum dom espiritual, enquanto aguardam a revelação do Senhor Jesus Cristo” (1:5-7). Paulo lembra-lhes que um Deus fiel “os chamou à fraternidade [*koinonia*, ‘comunhão’] de seu Filho, Jesus Cristo nosso Senhor” (1:9). Fossem quais fossem os problemas da comunidade – Corinto tinha mais problemas do que devia, que iam dos cultos personalistas e divisões sociais até a imoralidade e a

incredulidade – Paulo começa apresentando-lhes como aqueles que, apesar de algumas aparências externas, já estão separados pelo e para o amor de Deus. Isso não o impediu de aplicar severa disciplina no caso de comportamento escandaloso (cap. 5), mas também isso, como II Coríntios 2 mostra, é feito no contexto mais amplo de um objetivo pastoral e de reconciliação. No clímax desta carta, depois de lidar com todos esses problemas, encontramos a mais longa exposição de Paulo sobre o que significa viver como Corpo de Cristo, unido na diversidade (cap. 12), com a unidade caracterizada não por uma estrutura mecânica e formal, mas pela virtude exigente e plenificante que os cristãos primitivos chamavam de *agape*, amor (cap. 13).

5. Enquanto nós, anglicanos, enfrentamos sérios desafios à nossa unidade e comunhão em Cristo – desafios que surgiram em não pouca medida por causa de diferentes interpretações da santidade à qual fomos chamados, e de diferentes interpretações do grau de diversidade adequada em nossa união e comunhão –, Paulo certamente gostaria de nos lembrar da fonte única dessa unidade, nossa identidade comum em Cristo, e de seu propósito único, a promoção da missão de Deus no mundo. Nós certamente também recebemos a graça da fraternidade com Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. Pelo dom de Deus estamos em comunhão com as pessoas da SS. Trindade e somos membros uns dos outros em Cristo Jesus. Somos enviados, no poder do Espírito, a todo o mundo para declarar que Jesus é o Senhor. Esta missão de Deus, dada pela graça e cheia de graça, e esta comunhão com Deus, determinam nossas relações de uns com os outros. Comunhão com Deus e de uns com os outros em Cristo é, portanto, tanto um dom como uma expectativa divina. Tudo o que dizemos neste relatório pretende celebrar este dom e responder a esta expectativa.

### **Conseqüências Práticas de Uma Comunhão Sadia**

6. Efésios insiste em que o Corpo de Cristo, tomando Cristo, sua Cabeça, como fonte de sua vida, cresce e se edifica em amor na medida em que cada parte desempenha sua própria função (4:15-16). É apropriado que baseemos nosso relatório em algumas reflexões sobre como isso tem se resolvido na Comunhão Anglicana até hoje.

7. A vida da Comunhão Anglicana como uma comunhão de igrejas é alimentada, na verdade, pela presença e operação do Espírito Santo, construindo o corpo em amor. Ao longo de sua história, a Comunhão Anglicana tem se mantido com um padrão comum de vida litúrgica, enraizada na tradição dos Livros de Oração Comum; se formado pela constante leitura, pública e privada, das Sagradas Escrituras; se enraizado na sua história por meio da Sé de Cantuária; e se ligado por meio de uma teia de relações – bispos, órgãos consultivos, dioceses companheira, projetos de missão comum, envolvimento com parceiros ecumênicos – que são os meios e os sinais de vida em comum. Isso continua florescendo numa miríade de formas em nível local, nacional e internacional.

8. Isso recebeu expressão formal no terceiro “Congresso Anglicano”, em 1963. A vida anglicana em comum foi então descrita como “mútua interdependência e responsabilidade no Corpo de Cristo”. A partir desta afirmação foram desenvolvidos dez Princípios de Parceria pelo II Grupo Assessor sobre Assuntos e Estratégia de Missão, que constituem importante fundamento para a vida da Comunhão. [Os “Dez Princípios de Parceria” são apresentados no Apênd. 3.5].

9. Quando esses princípios foram aplicados e observados, houve conseqüências práticas, que fizeram a missão da igreja progredir e melhoraram a vida do povo da Comunhão e do mundo ao qual aquele existe para servir. Embora continuemos pesarosamente cientes de nossas muitas falhas, não devemos ignorar as grandes conquistas de nossa unidade e comunhão. Ao longo dos séculos, os anglicanos têm experimentado o dom da comunhão em amor e cuidado mútuos de uns pelos outros. Temos às vezes pago um alto preço por permanecer unidos em oposição à escravização e ao genocídio raciais. Temos oferecido ajuda uns aos outros no combater à fome, à doença e ao caos causado por desastres naturais. Na luta contra o apartheid, em esforços comuns de evangelismo e missão, em atos de solidariedade com os povos indígenas, em reunir dioceses de diferentes partes do globo por meio da rede de comunicação e programas de companheirismo, no desenvolvimento de centros de excelência em educação teológica, na oração comum em favor dos perseguidos, no alívio aos efeitos dos desastres e em projetos de desenvolvimento baseados na realidade local e apoiados pelos recursos de todos – em todas essas coisas, os anglicanos têm compartilhado os seus dons de comunhão para edificação do todo e portanto para o avanço da missão de Deus.

10. Todos esses exemplos e muitos outros derivam da realidade orgânica que é uma vida em comunhão. São sinais de uma saudável atenção às necessidades de outras partes do corpo e, além disso, de respeito pela sabedoria, esperanças, crenças e convicções de outros na Comunhão (I Coríntios 12:25-26). Ficamos encorajados por esses sinais das bênçãos de Deus sobre nossa vida em comum.

11. O que tem ficado menos claro no Anglicanismo é exatamente como este corpo orgânico deveria ser conservado. Reconhecendo a Jesus Cristo como nosso único Cabeça, estamos cientes de que em nenhum momento vimos a necessidade de esclarecer as formas pelas quais, através de ministérios especiais, esta Cabeça se expressa na liderança local e internacional da Comunhão. Em anos recentes, tem havido tentativas de desenvolver um pensamento comum sobre como esta grande Comunhão pode hoje funcionar em conjunto naquelas situações em que é necessário discernimento mútuo para manter a vida do corpo. Essas tentativas fazem parte do contexto de nosso trabalho.

### **Discernimento Mútuo Recente no interior da Comunhão**

12. A história da ordenação de mulheres ao presbiterado e ao episcopado nos fornece um exemplo recente de discernimento mútuo e tomada de decisão dentro da Comunhão Anglicana.

13. O pano de fundo da história foi um período de debates e discordâncias tanto antes como depois da ordenação ao presbiterado de Florence Li Tim-Oi, em 1944. A história se intensificou em 1968, quando a Diocese de Hong Kong e Macau trouxe a questão da ordenação de mulheres ao presbiterado à consideração da Conferência de Lambeth. A Conferência não estava em condições de responder porque, como declarou na Resolução 34, “A Conferência afirma sua opinião de que os argumentos teológicos, no momento, apresentados a favor e contra a ordenação de mulheres ao presbiterado, não são conclusivos”. A Conferência recomendou que qualquer igreja regional ou nacional ou província, antes de tomar uma decisão final de ordenar mulheres ao presbiterado, devia analisar cuidadosamente a recomendação do Conselho Consultivo Anglicano.

14. O bispo de Hong Kong e Macau solicitou orientação do Conselho Consultivo Anglicano na sua primeira reunião (em Limuru, Quênia) em 1970. Depois de demorado debate, o Conselho Consultivo Anglicano recomendou ao Bispo de Hong Kong e Macau que se, com a aprovação do seu Sínodo, procedesse à ordenação de mulheres, seu ato seria aceitável pelo Conselho, e que o Conselho usaria seus bons ofícios para encorajar as outras províncias da Comunhão Anglicana a permanecerem em comunhão com aquela diocese. A resolução foi aprovada por 24 a 22 votos.

15. O que precisa ser observado é que Hong Kong não se considerava tão autônoma que pudesse continuar sem trazer o assunto ao Conselho Consultivo Anglicano como foi solicitado pela Conferência de Lambeth de 1968. Além disso, medidas só foram tomadas com o auxílio dos Instrumentos de Unidade.

16. A Conferência de Lambeth de 1978 apresentou uma situação em que Hong Kong, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia haviam ordenado mulheres ao presbiterado, e outras oito províncias concordavam com a ordenação de mulheres em princípio. Em resposta, a Conferência aprovou a Resolução 21: *Mulheres no Presbiterado*, que em parte declarou: “A Conferência também reconhece... (3a) a autonomia de cada uma de suas Igrejas-membro, reconhecendo o direito de cada igreja de tomar suas próprias decisões sobre a conveniência de admitir mulheres às Sagradas Ordens”. A resolução também observou que tal medida provincial “tem conseqüências da maior significação para a Comunhão Anglicana como um todo” e que “A Conferência afirma seu compromisso de preservar a unidade dentro de e entre todas as igrejas-membro da Comunhão Anglicana”. Esta resolução foi aprovada por 316 a 37 votos e 17 abstenções.

17. Em 1985, a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos manifestou a intenção de “não impedir o consentimento para a eleição de um bispo baseada na diferença de gênero”. Cientes de que tal possível ação poderia, de fato, afetar toda a Comunhão Anglicana, os dez Bispos-Presidentes apresentaram a questão à recém-criada Reunião dos Primazes, em Toronto, Canadá. [uma descrição da natureza e trabalho da Reunião dos Primazes aparece no § 104 abaixo]. O Arcebispo de Cantuária e os Primazes solicitaram ao Primaz da Austrália, John Grindrod, para liderar uma comissão para preparar um

documento para a Conferência de Lambeth de 1988, depois de ouvir as opiniões das províncias da Comunhão Anglicana. O primeiro capítulo deste relatório recebeu o título “Escuta Como Marca de Comunhão”.

18. O Relatório Grindrod apresentou duas opções à Conferência de Lambeth: primeira, aconselhar a não-iniciativa na esperança de que a autoridade moral inerente numa reunião de todos os bispos da Comunhão Anglicana encontrasse uma resposta em nível provincial; segunda, se uma província prosseguisse, persuadida por razões doutrinárias convincentes, por sua experiência de mulheres no presbiterado e pelas exigências de missão em sua região, e pelo apoio maciço das dioceses, tal medida devia ser oferecida para recepção dentro da Comunhão Anglicana.

19. Em resposta, a Resolução 1 de Lambeth 1988 afirmou: “Que cada província respeite a decisão e as atitudes de outras províncias em relação à ordenação ou sagração de mulheres ao episcopado, sem que tal respeito necessariamente indique aceitação dos princípios envolvidos, mantendo o mais algo grau possível de comunhão com as províncias com posição diferente”. Esta longa resolução continuou recomendando cortesia e respeito e diálogo aberto com aqueles que divergem, e pediu ao Arcebispo de Cantuária, em consulta com os primazes, que nomeasse uma comissão para garantir o processo de recepção, monitorar e encorajar consultas e oferecer orientação pastoral às igrejas da Comunhão Anglicana. Esta resolução foi aprovada por 423 a 28 votos e 19 abstenções.

20. A Comissão Sobre Mulheres no Episcopado Anglicano (“Comissão Eames”) trabalhou durante o período entre as Conferências de Lambeth de 1988 e 1998. Uma comissão de monitoramento da Comissão produziu um relatório para Lambeth 1998.

21. Os anglicanos podem aprender desta história que a tomada de decisão na Comunhão Anglicana em questões sérias e conflitantes tem sido e pode ser realizada sem divisão, apesar de algum grau de estremecimento. Precisamos notar que os Instrumentos de Unidade, isto é, o Arcebispo de Cantuária, a Conferência de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano e a Reunião dos Primazes, estavam todos envolvidos no processo de tomada de decisão. A autonomia provincial foi delimitada pela interdependência anglicana em matérias de profunda preocupação teológica para toda a Comunhão Anglicana.

### **Enfermidade: os Sintomas Externos**

22. O precedente que podia ter sido aberto por esse procedimento não foi, infelizmente, observado nas questões com que se depara atualmente a Comunhão. Isso, concluímos, está no cerne dos problemas que atualmente enfrentamos. Antes de oferecer algum diagnóstico da nossa situação, precisamos resumir os atuais sintomas.

23. Dois tipos de questões inter-relacionadas têm surgido em várias províncias da Comunhão: se é ou não legítimo a igreja abençoar as relações estáveis, exclusivas e fiéis de casais do mesmo sexo, e se é ou não apropriado ordenar, e/ou sagrar ao episcopado, pessoas que vivem em relação sexual com um parceiro do mesmo sexo. Estas questões são altamente sensíveis e carregadas de emoção, e surgem na esteira de vários outros debates relacionados na Comunhão Anglicana, em relação (por exemplo) à poligamia e ao recasamento de pessoas divorciadas. As experiências com bênçãos de relações do mesmo sexo começaram desde 1973, na América do Norte. Mesmo considerando que as igrejas locais estão em melhores condições para responder às necessidades pastorais no seu próprio contexto, e compreender os problemas que surgem em sua própria cultura, nenhuma parte da igreja pode ignorar sua vida em comunhão com o resto. O que é feito em um lugar pode afetar e realmente afeta a todos. Em março de 2003, a Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, quando analisou a questão da ordenação de pessoas solteiras e não-celibatárias, heterossexuais ou homossexuais, apresentou para estudo e reflexão pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos estas palavras do relatório de sua Comissão Teológica:

*“Disciplina sexual e santidade de vida devem merecer séria consideração por parte dos bispos, do Conselho Executivo e de Comissões de Ministério, ao discernirem o que constitui ‘um saudável exemplo para todo povo’ (BCP 544). Afirmamos a responsabilidade das dioceses em discernirem e*

*escolherem pessoas idôneas para o ministério da palavra e dos sacramentos para edificar o Corpo de Cristo naquele lugar. Conclamamos os bispos e o Conselho Executivo a adotarem atitudes respeitadas em relação às formas como as decisões tomadas numa diocese têm ramificações em outra. Lembramos a todos que a ordenação é para toda a Igreja”.*

24. A forte reação de toda a Comunhão Anglicana às decisões sinodais adotadas pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos e pela diocese canadense de New Westminster confirmou os temores da Igreja Episcopal, e subverteu qualquer argumento de que tais decisões são puramente locais.

25. No contexto do atual debate, a Conferência de Lambeth discutiu as questões relacionadas com a homossexualidade e emitiu resoluções em 1978 e 1988. [Lambeth 1978, Resolução 10; Lambeth 1988, Resolução 64 – reproduzidas no Apênd. 3.2 e 3.3]. Na Conferência de 1998, exaustivos estudos e discussões realizadas por uma subseção produziram um relatório, com base no qual uma resolução foi discutida e eventualmente aprovada pela vasta maioria dos bispos como a Resolução 1.10. [o texto da Resolução 1.10, de 1998, foi incluído no Apênd. 3.6]. Tem havido alguma controvérsia sobre a forma como se chegou a e votou esta resolução. Mas os Primazes, por unanimidade, defenderam a resolução como padrão do ensino anglicano sobre a questão na sua declaração de 16 de outubro de 2003:

*“Nós também reafirmamos a resolução produzida pelos bispos da Comunhão Anglicana, reunidos na Conferência de Lambeth de 1998, sobre questões de sexualidade humana, como tendo força moral e demandando o respeito da Comunhão como sua atual posição sobre essas questões” [o texto integral da Declaração dos Primazes está incluído no Apênd. 3.10].*

Esta declaração se harmonizava com a posição adotada pelos Primazes sobre questões de sexualidade humana em sua Carta Pastoral, divulgada depois da reunião de Gramado, em maio de 2003 [a seção relevante da Carta Pastoral é reproduzida no § 142]. Este compromisso com a Resolução de Lambeth 1.10, como sendo a posição atual da Comunhão Anglicana, foi também refletido numa carta dirigida aos Primazes pelo Arcebispo Rowan Williams por ocasião do anúncio de sua nomeação para a Sé de Cantuária. Nos anos seguintes à Conferência de Lambeth, o Arcebispo de Cantuária convidou um pequeno número de bispos, representando todas as partes da Comunhão Anglicana, para *Conversações Internacionais Sobre Sexualidade Humana*, que fixou padrões sobre como estas questões podiam ser discutidas de maneira caridosa e racional.

26. *Deve-se entender com toda clareza que esta Comissão não foi solicitada para continuar esta conversação, nem comentar ou reconsiderar a Resolução de Lambeth ou a Declaração dos Primazes. Novas e sérias discussões inter-anglicanas sobre matérias relevantes são obviamente necessárias, mas isso não faz parte de nosso mandato.*

27. Não obstante, os Primazes destacaram decisões sinodais que foram adotadas em uma diocese e em uma província, que contrariavam tanto a letra como o espírito das resoluções da Conferência de Lambeth, reiteradas que foram pela Reunião dos Primazes. O Sínodo da Diocese de New Hampshire solicitou ao Bispo para que providenciasse e autorizasse um rito público de bênção para uniões do mesmo sexo; o bispo aquiesceu, e o ofício progrediu. A Igreja Episcopal dos Estados Unidos deu seu consentimento e prosseguiu com a sagração de uma pessoa eleita para bispo de New Hampshire um homem divorciado, publicamente reconhecido como vivendo uma ativa e estável relação homossexual, apesar dos Primazes terem descrito aquela sagração como um ato que pode “romper nossa Comunhão no seu nível mais profundo” [na declaração dos Primazes da Comunhão Anglicana reunidos no Palácio de Lambeth, 16 de outubro de 2003, reproduzida no Apênd. 3.10]. A mesma Convenção Geral, que consentiu esta eleição, também decidiu permitir experiências com ritos públicos de bênção para uniões do mesmo sexo [Resolução C051 – Liturgia/Música: Bênção de Relações Estáveis de Pessoas de Mesmo Sexo, reproduzida no Apênd. 3.9]. Muitos dos ritos que então começaram a ser celebrados são semelhantes àqueles autorizados em New Hampshire. Devemos notar também que, depois que esta Comissão já havia sido constituída, o Sínodo Geral da Igreja Anglicana do Canadá aprovou uma resolução, afirmando “a integridade e a santidade de relações adultas estáveis entre pessoas do mesmo sexo” [Os textos integrais das Resoluções A134 – Bênções de Uniões entre Pessoas do Mesmo Sexo – e A135 – Bênção de Uniões de Pessoas do Mesmo Sexo – recursos – são incluídas no Apênd. 3]. Maiores detalhes desses desenvolvimentos estão neste relatório, mais adiante, nos §§ 137-139.

28. A impressionante resposta de outros cristãos, tanto dentro como fora da família anglicana, tem sido considerar esses desenvolvimentos como afastamento da genuína e apostólica fé cristã. Algumas igrejas em outras denominações têm feito provisões, ou estão considerando fazer tal provisão, para ordenar pessoas vivendo em ativa relação sexual de mesmo sexo, apresentando argumentos baseados em modernos conceitos científicos sobre atração sexual, e correspondendo, em suas propostas, a mudanças e inovações na lei civil em alguns importantes países. Mas houve condenações da Igreja Ortodoxa Russa e da Igreja Ortodoxa Oriental, bem como uma declaração da Igreja Católica Romana de que tais medidas criam “novas e sérias dificuldades” para as relações ecumênicas. Em nossa própria Comunhão, 18 das 38 províncias da Comunhão Anglicana, ou seus Primazes em seu nome, têm divulgado declarações que indicam de várias formas sua crença de que os desenvolvimentos na América do Norte são “contrários ao ensino bíblico” e como tais inaceitáveis.

29. Infelizmente, as reações não se limitaram às declarações de discordância e de oposição. Três elementos da reação precisam ser considerados, porque fazem parte do problema que estamos enfrentando:

(1) Várias províncias e dioceses da Comunhão Anglicana incluíram em suas reações aos desenvolvimentos em New Hampshire, quer por meio de declarações primaciais ou por voto sinodal, uma declaração de que existe hoje uma situação de uma comunhão deteriorada ou rompida [para uma discussão do significado destes termos, ver § 50] entre elas e aquelas que aprovaram as medidas na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, descritas acima. Apesar dessas declarações podem expressar frustrações naturais e reações conscientes a circunstâncias anormais, elas têm deixado muitos anglicanos sem um senso claro sobre quem agora está em comunhão com quem (pessoalmente ou eclesialmente). Além disso, existem interrogações sobre sua legitimidade eclesiológica (para muitos, elas representam um exercício de unilateralismo contrário ao princípio comunitário da interdependência), bem como a autoridade constitucional sob a qual algumas declarações foram emitidas (comunhão deteriorada não é uma categoria canônica geralmente reconhecida).

(2) Na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e na Diocese de New Hampshire, várias medidas foram tomadas pelas paróquias dissidentes e pelos grupos, para se distanciarem de muitas maneiras das dioceses, dos bispos e das províncias em que estão geograficamente situados. Em alguns casos, isso os levou a solicitar ajuda ao Arcebispo de Cantuária; em outros, a buscar supervisão episcopal de bispos ou arcebispos de outras dioceses ou províncias. Em muitos casos, significou simplesmente perplexidade e incertezas em relação à situação presente e futura anglicana daqueles que dissentem das inovações.

(3) Alguns arcebispos de outras partes da Comunhão Anglicana, quer tomando iniciativas, quer atendendo a convites de clérigos solicitando colocá-los sob sua jurisdição, apoiaram a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Anglicana do Canadá, e exerceram funções episcopais sem o consentimento do bispo diocesano. Isso não só contraria a tradicional e sempre repetida prática anglicana (como reafirmada mais recentemente, por exemplo, pelas resoluções de Lambeth de 1988 e 1998), mas também contraria alguns dos mais antigos regulamentos da indivisa igreja primitiva (Cânone 8 de Nicéia). Essas medidas não são exatamente reações aos recentes acontecimentos, embora essa tenha sido a sua principal marca. Em alguns casos, elas construíram sobre antigas tentativas numa ação unilateral contra bispos cuja teologia e prática, se percebia, estavam fora da linha do tradicional ensino cristão e anglicano; ou mesmo propor aquilo que seriam estruturas “ortodoxas” ou “igrejas de missão” para o seu próprio interesse, por exemplo, A Missão Anglicana na América (AMiA).

30. Seja qual for o caminho, todos esses desenvolvimentos têm hoje contribuído de maneira concreta para uma retaliação, tragicamente alinhada com o desastre análogo político no mundo; uma parte acusa a outra parte de atrocidades, e censura a outra parte da necessidade de, por sua vez, reagir depois. Estes são os problemas que foram apresentados a Comunhão como um todo, que necessitaram uma reunião especial dos Primazes em outubro de 2003; e que resultaram no estabelecimento da Conferência de Lambeth. Precisamos agora sondar mais a fundo para discernir os sintomas subjacentes a esses problemas.

## **Enfermidade: Sintomas Mais Profundos**

31. Existem seis características subjacentes na nossa vida comum que, interagindo umas com as outras, juntas formam o elemento-chave na história daquilo que aconteceu e as razões pelas quais a Comunhão Anglicana chegou ao impasse, que obrigou os Primazes a requererem do Arcebispo de Cantuária a criação desta Comissão.

### ***Desenvolvimento Teológico***

32. Existe, em primeiro lugar, um *desenvolvimento teológico*. Virtualmente, todos os cristãos concordam sobre a necessidade de desenvolvimento teológico, incluindo as inovações radicais, e sobre o fato de que o Santo Espírito capacita a igreja a realizar esse desenvolvimento. Os exemplos mais antigos incluem os grandes credos do século IV, que vão de maneira significativa além das atuais palavras e conceitos de escritura, mas que foram reconhecidos por quase todos os cristãos conquanto expressem a fé com a qual estamos comprometidos. Ao mesmo tempo, todos concordam que nem todos os desenvolvimentos que foram propostos têm (para ser conciliador) o mesmo peso e igual valor. Alguns, de fato, não desenvolveram a fé cristã, mas a distorceram ou a destruíram. Um exemplo recente pode ser a heresia do apartheid. Desenvolvimentos teológicos saudáveis normalmente acontecem dentro do imperativo missionário para articular a fé novamente em diferentes países, mas (como se tornou notório) isso apenas empurra a questão ainda mais para trás: como é a linha divisória entre a fiel inculturação e a falsa acomodação do modo de pensar do mundo (veja Romanos 12:1-2) que deve ser discernida e determinada? Os cristãos não têm liberdade para simplificar essas questões, quer evocando a justificação do Espírito para cada inovação proposta, quer evocando a longa tradição como a razão para rejeitar todas essas proposições. Portanto, a igreja precisa de procedimentos para discutir, investigar, avaliar e decidir a respeito dos desenvolvimentos propostos; em particular, eles precisam honrar o processo de recepção descrito na Seção B abaixo.

33. Portanto, a primeira razão porque os atuais problemas chegaram ao ponto em que chegaram é que parece a toda Comunhão que nem a Diocese de New Hampshire nem a Igreja Episcopal dos Estados Unidos fizeram sérias tentativas de oferecer uma explicação, ou consultar a Comunhão como um todo sobre o significativo desenvolvimento da teologia, que por si só poderia justificar as recentes medidas tomadas por uma diocese ou província.

### ***Procedimentos Eclesiásticos***

34. Tal processo exigiria adequados *procedimentos eclesiais*. Os procedimentos que existem têm se desenvolvido dentro da Comunhão Anglicana, durante algum tempo e em resposta a antigos problemas específicos. Descrevemos, na seção anterior, as formas que foram seguidas zelosamente na consagração de mulheres ao episcopado. Vários documentos anglicanos recentes, notadamente o *Relatório de Virginia* (1997), decifraram de maneira explícita e em detalhes que procedimentos poderiam ser aplicados e a forma em que eles poderiam funcionar, deixando claro (entre outras coisas) que esses procedimentos não são mera e pragmaticamente determinados, mas expressam a teologia que procuram servir. Além disso, uma resolução especial do CCA-12,19 reunido em Hong Kong, em setembro de 2002, solicitou a observância de tais procedimentos na apresentação de qualquer política controversa que afete a vida toda da Comunhão Anglicana.<sup>20</sup> Na verdade, as estruturas anglicanas tem, às vezes, apresentado problemas por causa de sua natureza dispersa, mas isso tem sido geralmente considerado como um preço menor a pagar, dada a flexibilidade para missão que elas permitem, enquanto alimentam o crescente senso e vigor de *koinonia* que convidam e sustentam.

35. A segunda razão a que chegamos no presente impasse é que nem a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, nem a Diocese de New Hampshire, decidindo e agindo como fizeram em 2003, discutiram os procedimentos que poderiam possibilitar a igreja se manter unida em meio às diferenças de crença e prática.

### ***Adiáfora***

36. Esse manter-se unido em meio às diferenças no Anglicanismo tem usado a importante doutrina da *adiáfora* (literalmente “coisas que não fazem diferença”). Isso é explicado mais adiante na seção B. Por enquanto, nós simplesmente notamos que os anglicanos sempre reconheceram uma distinção chave entre doutrinas centrais da igreja (lembrando que ética, liturgia e prática pastoral, se autenticamente cristãs, estão todas enraizadas na teologia e doutrina) e aquelas sobre as quais as diferenças podem ser toleradas sem pôr em perigo a unidade.<sup>21</sup> Paulo admoestou os cristãos de Corinto e de Roma a reconhecer alguns assuntos nesta maneira (o que comer ou não comer é um exemplo). Quando alguma coisa é

vista desta maneira, uma igreja em particular, seja qual for o nível, pode tomar suas próprias decisões sobre o assunto.

37. A terceira razão, portanto, por que a presente crise tem surgido é que muitos dentro da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e da Diocese de New Hampshire defendem a opinião, no mínimo por ilação, de que as questões sobre as quais decidiram eram coisas que os cristãos podiam ter com legítimas diferenças, enquanto grande número de outros anglicanos no mundo não as consideram dessa maneira.

### ***Subsidiaridade***

38. Isso focaliza uma quarta questão-chave de nossa vida comum: a *subsidiaridade*, o princípio que importa deve ser decidido tão próximo ao nível local quanto possível. *Subsidiaridade* e *adiáfora* se pertencem: quanto mais alguma coisa é considerada como “indiferente”, tanto mais localmente a decisão pode ser tomada. Isso não obriga um Conselho Ecumênico a decidir que flores coloridas podem ser expostas na igreja, nem presume que uma congregação local possa adicionar ou subtrair cláusulas do Credo Niceno. Em parte, isso pertence ao imperativo missionário: a igreja precisa dedicar suas principais energias à missão de Deus para o mundo e não para reordenar sua vida interna.

39. A quarta razão de nossos atuais problemas é que a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Diocese de New Hampshire assumiram o direito de que eles eram livres para tomar decisões em assuntos que o resto da Comunhão Anglicana acredita que podem e devem ser decididos pela Comunhão Anglicana como um todo.

### ***Confiança***

40. Tudo isso indica um aspecto que deve caracterizar a vida dentro da Comunhão: uma *relação de confiança*. Confiança mútua gera e, por sua vez, é reforçada pela responsabilidade mútua. Em termos ideais, a Comunhão Anglicana deposita sua confiança em cada província para exercer sua autoridade adequadamente dentro de nossa mútua fraternidade.<sup>22</sup> Isso compromete cada igreja ao dever fiduciário de honrar e não romper esta confiança. Entretanto, onde a confiança foi rompida em muitas áreas de vida em nosso mundo contemporâneo, talvez não seja surpresa, embora permaneça lamentável, que a confiança tenha sido corroída em muitas áreas da vida da igreja. A linguagem do debate se tornou adversária, para não dizer abusiva; apelações foram impetradas às cortes seculares em lugar da paciência e da caridade cristãs; iniciativas têm sido ignoradas; os advogados de defesa têm agido, mesmo antes das demandas da própria administração; e os fatos têm sido manipulados para servir a interesses partidários. A grande divisão cultural no mundo atual, mesmo entre as nações ricas da Europa Ocidental e América do Norte, e as nações mais pobres em outras partes do mundo, têm deixado sua desagradável marca em nossa vida eclesial. De maneira semelhante, a profunda divisão na vida política americana contemporânea tem conduzido ambos a uma hiper-simplificação e a uma polarização de inúmeras questões, enquanto as opiniões liberais e conservadoras não passam de um simples par de trouxa de roupa empacotada. Apesar de vários e maravilhosos exemplos contrários, cada uma das partes, de maneira crescente, desconfia uma da outra, e acusa a outra de usar modelos e métodos inadequados de ler a escritura e tomar decisões.

41. Esta é a quinta e infeliz circunstância (catastrófica por si em termos de nossa missão que, como vimos, inclui a necessidade de modelar diante do mundo atento um novo modo de ser humano que foi revelado em Cristo) que nos levou à presente dificuldade. Necessitamos claramente de maior e mútua exploração e explicação de nossas crenças teológicas, de nossa compreensão da Bíblia e dos vários aspectos de nossa vida comum e testemunho. A Comissão de Doutrina e Teologia Inter-Anglicana, criada depois da Conferência de Lambeth de 1998, fez um bom começo, mas muito ainda precisa ser feito.<sup>23</sup> As comissões teológicas das províncias precisam ser versadas e se conscientizar mais das dimensões do discurso teológico de toda a Comunhão. Particularmente, precisamos desenvolver o hábito, e por meio dele a virtude, daquela caridade que escuta com vigor e com boa vontade as grandes e diferentes expressões da teologia cristã, mantida com sinceridade, tanto em nível de método como de conteúdo. Como uma Comunhão, precisamos de um fórum para debates, de uma mesa comum aonde possamos levar nossos problemas para uma discussão familiar própria.

### ***Autoridade***

42. Tudo isso pode ser resumido numa só palavra que, embora muitas vezes tenha sido mal compreendida, salienta um sexto elemento indefinido que é a palavra-chave: *autoridade*. A Comunhão Anglicana não tem um Papa, nem um sistema que corresponde à estrutura de autoridade e à organização canônica da Igreja Católica Romana. A Comunhão Anglicana sempre afirmou que sua maior autoridade é a Escritura. Mais adiante, neste relatório, examinamos o que essa reivindica-

ção significa hoje; pelo menos, a maneira de viver sob a autoridade bíblica é a principal base para a missão da igreja.<sup>24</sup> Nesse contexto, a autoridade bíblica requer, e nós acreditamos que nas estruturas de nossa Comunhão isso já começou a acontecer, sistemas apropriados, sensíveis e afinados com as tomadas de decisão, que permitem tanto a plena participação de todos os membros, quanto uma possível forma de tomar decisões difíceis que podem realçar, em vez de colocar em perigo, a unidade e a comunhão de nossa rica e diversificada família. Porque nem sempre temos articulado suficientemente a forma como a autoridade trabalha dentro do Anglicanismo, e porque recentes decisões não têm levado em consideração, e ou não trabalharam e explicaram tal autoridade, como todos nós, em teoria, reconhecemos, é que chegamos ao ponto em que novas e urgentes reflexões e ações se tornaram necessários.

## **Seção B: Princípios Fundamentais**

43. O mandato desta Comissão é o de examinar e fazer recomendações, em termos de nossa Comunhão uns com os outros, dentro do anglicanismo, sobre os recentes eventos que têm sido descritos. *Nós enfatizamos que não fomos chamados, não era esta a intenção, para comentar ou fazer recomendações em questões teológicas e éticas concernentes à prática de relações do mesmo sexo e a bênção, ordenação ou sagração daqueles que se comprometem com essas práticas.* Tendo delineado os problemas e visto os sintomas mais básicos, cremos que é tempo de examiná-los mais profundamente nesta seção, ou seja, a respeito da natureza da Comunhão que nós compartilhamos, os laços que a mantém unida, os procedimentos pelos quais todas essas coisas estão sendo ameaçadas e como essas ameaças devem ser enfrentadas. Isto dará condições ao relatório de serem oferecidos, na Seção C, os caminhos pelos quais nossa Comunhão necessita de fortalecimento para sua futura missão e vida, antes de, finalmente, na Seção D, sugerir nossas recomendações ao Arcebispo de Cantuária e seus pares, os Primazes, de modo que nossa presente crise possa ser resolvida.

44. Esta parte do relatório considera mais detalhadamente a natureza de nossa comunhão com Deus e de uns com os outros; os elementos específicos de nossa vida em comum, que nos mantém unidos e que também nos qualificam para a missão de Deus no mundo; e os meios pelos quais a diversidade produz tensão e dificuldade, dentro de nossa própria vida comum. Ao fazer isto, esta seção estabelece os nossos princípios, pelos quais as recentes ações e eventos devem ser considerados.

### **A Comunhão que nós compartilhamos**

45. A comunhão que nós vivemos como anglicanos envolve uma partilha de duplos “laços de afeição”: aqueles que fluem de nosso “status” comum como filhos de Deus em Cristo, e aqueles que surgem de nossa identidade compartilhada e herdada, a qual é a história particular das Igrejas a que nós pertencemos. Esta é uma relação de “afeição pactual”, ou seja, nossa afeição mútua não está sujeita a humores ou caprichos, mas envolve-nos num relação pactual de promessas mútuas vinculantes com Deus em Cristo e uns com os outros. Todos os chamados pelo Evangelho de Cristo e separados pelo dom divino do batismo são incorporados à comunhão do Corpo de Cristo. Esta comunhão é primariamente um relacionamento com Deus, o qual é, ele mesmo, uma comunhão do Pai, Filho e Espírito Santo, e ela une cada membro de Cristo ao corpo como um todo.

46. Nossa comunhão nos permite, em interdependência mútua, engajar-nos em nossa tarefa básica, a qual é levar adiante a missão de Deus ao seu mundo necessitado e muito amado. Como um meio de atingir isto, ela é também necessariamente a expressão da natureza mundial, isto é, “católica”, da Igreja. Em ambos estes aspectos, a comunhão permanece sendo um dom de Deus bem como um mandamento de Deus.

47. Quando a “Comunhão Anglicana” descreve a si mesma dessa maneira, ela está conscientemente descrevendo aquela parte do corpo de Cristo que compartilha uma herança mediante a tradição anglicana, ou seja, a da Igreja da Inglaterra, cuja história contempla as antigas Igrejas Celta e Saxônica das Ilhas Britânicas, e que recebeu uma expressão teológica renovada durante o período da Reforma, nos séculos XVI e XVII. Os Reformadores daquela época voltaram-se explicitamente para

a Bíblia e para os Pais apostólicos, e intencionaram claramente que sua teologia fosse “católica”, no sentido de partilhar a fé da Igreja universal. O próprio fato de que a família de Igrejas que encontram suas raízes nas antigas Igrejas das Ilhas Britânicas se autodenomine de Comunhão Anglicana, é por si indicativo dos conceitos fundamentais gêmeos sobre os quais a comunidade é construída: nossa herança partilhada (“Anglicana”) e nossa irmandade universal como filhos de Deus (“comunhão”). Esta herança compartilhada tem incluído uma compreensão em desenvolvimento de comunhão, a qual tem se expressado, por exemplo, em alguns de nossos diálogos ecumênicos. Ela também nos faz conscientes de uma responsabilidade, não somente para com os nossos contemporâneos dentro da Comunhão, mas também para com aqueles com os quais nós partilhamos a Comunhão dos Santos.

48. Várias descrições diferentes, mas relacionadas entre si, da Comunhão Anglicana, existem entre nós. A Conferência de Lambeth descreveu a Comunhão Anglicana como uma irmandade de Igrejas em comunhão com a Sé de Cantuária. Províncias, individualmente, expressam o seu relacionamento de comunhão numa variedade de formas jurídicas: *bipartite* (em comunhão com Cantuária); *multipartite* (em comunhão com todas as Igrejas Anglicanas); ou simplesmente através da idéia de “pertencimento à Comunhão Anglicana”. Comunhão é pois, tanto um relacionamento entre Igrejas (comunhão institucional ou eclesial) como entre indivíduos cristãos (comunhão pessoal).

49. Comunhão, de fato, tem tudo a ver com relacionamentos mútuos. Isto é expresso pela comunidade, igualdade, vida comum, partilha, interdependência, e respeito e afeição mútuos. Ela subsiste na unidade visível, na confissão comum da fé apostólica, na crença comum na Escritura e nos Credos, num único batismo e na Eucaristia compartilhada, e num mútuo reconhecimento de um ministério comum. Comunhão significa que cada Igreja reconhece que a outra pertence à Igreja Una, Católica e Apostólica de Jesus Cristo, e compartilha a missão de todo o povo de Deus. Ela envolve a prática de uma tradição litúrgica comum, e intenta ouvir, falar e agir ao lado umas das outras, em obediência ao Evangelho. Em comunhão, cada Igreja reconhece e respeita a interdependência e autonomia da outra, colocando as necessidades da irmandade global acima das suas próprias. Através de tal comunhão, cada Igreja é capaz de encontrar sua plenitude, através de suas relações com as outras, enquanto cumpre sua particular vocação dentro de seu próprio contexto cultural. Isto não significa, é claro, que cada Igreja tenha que aceitar toda opinião teológica, ou seguir cada devoção sacramental ou prática litúrgica características de outra. Tal distinção, entre o que é essencial com o qual concordamos e o que não é essencial, que não inibe a comunhão, é uma parte vital da vida na Comunhão Anglicana, e será melhor explorada adiante.

50. Quando as pessoas usam a linguagem normalmente imprecisa de comunhão “prejudicada”, “fraturada” ou “restrita”, ou falam de “graus” de comunhão entre uma Igreja ou um grupo de Igrejas e outras, elas comumente querem dizer que somente algumas das características esboçadas no parágrafo anterior ora existem. A comunhão é agora “menos plena do que era”. Quais características são afetadas (talvez uma falha no pleno reconhecimento mútuo dos ministérios, como tem acontecido desde a ordenação de mulheres ao sacerdócio e sua sagração ao episcopado) irá variar de caso para caso, contribuindo para a natureza confusa de tais termos. Tal condição de enfraquecimento da comunhão não é apenas triste, e em detrimento de nossa missão e testemunho comuns. Ela poderia, em princípio, por em questão a posição constitucional de várias Igrejas-membro da Comunhão Anglicana, já que muitas, como acabamos de ver, definem suas identidades em termos, precisamente, de estarem em plena comunhão, quer com Cantuária ou com todas as Igrejas em comunhão com Cantuária. Mas tem havido um limitado consenso dentro da Comunhão Anglicana sobre como identificar, precisamente, para além de uma mera afirmação, que tal prejuízo, fratura, etc., tenha acontecido, e menos ainda sobre como tal situação possa ser remediada.

51. A comunhão, claramente, faz demandas a todos os que participam dela. Isso envolve obrigações e direitos correspondentes, os quais fluem das verdades teológicas sobre as quais a vida da comunidade cristã se assenta. O Quadrilátero de Lambeth compromete os anglicanos com “uma série de práticas normativas: a escritura é *lida*, a tradição é *recebida*, a adoração sacramental é *praticada*, e o caráter histórico da liderança apostólica é *mantido*.” Os compromissos com a comunhão estabelecem critérios objetivos para entender os direitos e responsabilidades ligados ao relacionamento, e que promovem e protegem o bem comum da comunhão das igrejas em escala mundial. Muitas obrigações estão implícitas nos fundamentos, propósitos, formas, sujeitos e substância da comunhão, e, assim, se relacionam com questões de preocupação comum críticas para a irmandade anglicana global. Por exemplo, o divino fundamento da comunhão deveria obrigar cada Igreja a evitar ações unilaterais sobre temas contenciosos que possam resultar numa ruptura da comunhão. Um antigo princípio canônico diz que o que toca a todos deveria ser decidido por todos. A natureza relacional da comunhão requer de

cada Igreja aprender, mais profundamente, o que significa ser parte desta comunhão, de modo que seus membros possam ser preenchidos e fortalecidos em, e através de, suas relações com outras Igrejas. A comunhão obriga cada Igreja a alimentar, respeitar e manter todas aquelas marcas de comum identidade e todos aqueles instrumentos de unidade e comunhão, os quais ela compartilha com igrejas irmãs, buscando um entendimento em questões de interesse comum: em síntese, agir interdependentemente, não independentemente.

### Os laços de afeição

52. Estas considerações mais amplas levam a refletir em maior detalhe sobre os laços específicos que mantêm a Comunhão Anglicana unida. A comunhão, afinal de contas, não acontece simplesmente. Até no nível humano, ela não é abandonada à sorte e à boa vontade tácita. Há vários aspectos de nossa vida comum, os quais, assim como o cumprimento do propósito básico de habilitar a Igreja para realizar a sua missão evangélica no e para o mundo, servem para manter-nos unidos em irmandade.

### *A autoridade da Escritura*

53. Um aspecto central entre esses é a *Escritura*. Dentro do anglicanismo, a Escritura tem sido sempre reconhecida como a suprema autoridade da Igreja, e como tal deve ser vista como um foco e veículo de unidade. A ênfase nas Escrituras cresceu, não somente pela insistência dos antigos anglicanos reformadores quanto à importância da Bíblia e dos Pais contra o que eles entendiam como desenvolvimentos medievais ilegítimos; isso era parte do seu apelo à antiga vida e fé cristã indivisas. Os teólogos dos séculos XVII e XVIII forjaram seus fundamentos na “escritura, tradição e razão”; nos séculos XIX e XX, tivemos o “Quadrilátero de Chicago-Lambeth”, no qual a Escritura ocupa o primeiro lugar. A Bíblia tem estado sempre no centro da vida e da fé anglicanas, incorporada e exemplificada pelo fato de que a leitura e o cântico das Escrituras têm estado sempre no centro da adoração anglicana.

54. No entanto, a frase comum “a autoridade da Escritura” pode prestar-se a confusão; as confusões que resultam podem estar relacionadas a algumas das divisões que acabamos de notar. As Escrituras em si, afinal, geralmente falam de *Deus* como a suprema autoridade. Quando Jesus fala sobre “toda a autoridade no céu e na terra” (Mt 28:18), ele declara que esta autoridade é dada, não aos livros que os seus seguidores escreveriam, mas a ele mesmo. Jesus, a Palavra viva, é aquele de quem a Palavra escrita testemunha, como uma auto-expressão pessoal e última de Deus. O Novo Testamento é cheio de expressões similares sobre a autoridade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Assim, a expressão “a autoridade da Escritura”, para se basear no que esta mesma diz, deve ser considerada como um resumo, e potencialmente arriscado, da noção mais extensa e mais complexa da “autoridade do Deus Triuno, exercida através da Escritura”. A questão de como esta “exercida através de” funciona na prática, é vital para compreender o tipo de autoridade que a Escritura possui e portanto, para a natureza e exercício real da autoridade na Igreja. Pode ser, historicamente, que a expressão “autoridade da Escritura” tenha caracteristicamente emergido em contextos de protesto (quando uma parte da Igreja apela às Escrituras contra algo que está sendo feito por outra). Quando nós tentamos aplicar isto mais amplamente, a toda uma compreensão da missão e vida comum da Igreja, torna-se rapidamente evidente que essas implicações precisam ser refletidas mais profundamente.

55. Para Jesus e os cristãos primitivos, a “autoridade” não era concebida como uma fonte estática de informação ou de emissão de ordens (como a palavra “autoridade” tem indicado às vezes) mas em termos da irrupção dinâmica do reino de Deus, ou seja, do governo soberano, salvífico, redentor e reconciliador de Deus sobre toda a criação. Esse governo salvífico de Deus, há muito prometido e aguardado em Israel, irrompeu no mundo em e através de Jesus Cristo, e de sua morte e ressurreição, para ser então implementado por obra do Espírito, até o ato final de graça que criará os novos céus e nova terra prometidos. Se a noção da autoridade escriturística deve, ela própria, ser enraizada na Escritura, e estar em consonância com as verdades centrais confessadas pelos cristãos, desde os primeiros dias, deve-se cuidar que o propósito da Escritura não seja somente o de fornecer informações verdadeiras, nem somente o de prescrever em matéria de fé e conduta, nem meramente atuar como uma corte de apelação, mas o de ser parte da vida dinâmica do Espírito, através do qual Deus, o Pai, está tornando a vitória que foi obtida pela morte e ressurreição de Jesus operante no mundo, em e através dos seres humanos. A Escritura é, pois, parte dos meios pelos quais Deus dirige a Igreja em sua missão, fortalece-a para esta tarefa, e lhe dá forma e unidade, para que ela possa tanto ser equipada para este trabalho como ela mesma parte da mensagem.

56. Como, então, a Escritura funciona nesse sentido? Aqui não é o lugar para uma detalhada avaliação da autoridade respectiva do Velho e do Novo Testamentos, por importante que seja essa discussão. Os primeiros cristãos entendiam-se como beneficiários bem como agentes da soberania salvífica de Deus, o “reino” que se cumprira em Jesus Cristo. A “autoridade” dos apóstolos – um conceito trabalhado com grande sofrimento e paradoxo por Paulo em II Coríntios – era sua vocação conferida por Deus e guiada pelo Espírito como testemunhas da ressurreição, por cujo anúncio das Boas Novas Deus estava poderosamente chamando homens e mulheres para a salvação (Romanos 1.16-17) e assim para a criação da Igreja como símbolo e antecipação da nova criação (Efésios 1.3). É neste contexto do testemunho apostólico, haurindo sua “autoridade” na vitória de Jesus Cristo e no poder do Espírito (Mateus 28.18-20, II Coríntios 3.1-4,6; 13.3-4), que os textos que nós chamamos de Novo Testamento foram escritos para, precisamente, serem veículos da obra do Espírito Santo no fortalecimento da Igreja em sua missão e moldando-a na santidade da nova criação. Assim, como a pesquisa bíblica tem enfatizado, os escritores dos Evangelhos canônicos (apesar de todas as óbvias diferenças entre eles, e as múltiplas fontes em que se basearam) estavam conscientes de contarem a história de Jesus de tal maneira que demonstrasse seu cumprimento da história de Israel e seu caráter de fundamento da missão e vida da Igreja. Desde o início, o Novo Testamento foi compreendido, e assim percebido, não como um repositório de várias sugestões para o desenvolvimento da espiritualidade individual, mas como a coleção de livros através dos quais o Espírito, que estava trabalhando tão poderosamente através dos apóstolos, poderia desenvolver e continuar aquela obra nas Igrejas. Esta é a razão pela qual, desde o princípio da Igreja, os escritos apostólicos eram lidos durante a adoração, como parte tanto do louvor da Igreja a Deus por seus atos poderosos, quanto pelo recebimento de Deus, pela Igreja, de renovado vigor para a missão e santidade. Isto, mais do que um processo quase-jurídico de “apelo”, é o contexto básico e dinâmico no qual a expressão “autoridade da Escritura” encontra o seu mais profundo significado.

### *Escritura e interpretação*

57. Isso significa que, para a Escritura “agir” como veículo da autoridade de Deus, é vital que ela seja lida no momento central da adoração de modo que (através de lecionários apropriados, e do uso da Escritura em cânticos, etc.) ela possa ser ouvida, entendida e refletida, não como uma trilha sonora agradável e religiosa, mas como a palavra de Deus viva e atuante. A mensagem da Escritura tanto no todo como em suas várias partes, precisa ser anunciada e ensinada por todos os meios possíveis e apropriados. É responsabilidade de toda a Igreja engajar-se com a Bíblia conjuntamente; neste contexto, cada cristão individual, até o limite de sua capacidade, deve estudá-la e lê-la, meditativamente e em espírito de oração. Nisto, os líderes autorizados da Igreja têm uma responsabilidade, através da constante pregação e ensino, de capacitá-la a crescer em maturidade, de modo que, quando julgamentos difíceis forem requeridos, eles possam ser feitos com base em pleno conhecimento dos textos.

58. O lugar dos líderes cristãos – principalmente, na tradição anglicana, dos bispos – como *mestres da Escritura*, dificilmente pode ser superestimado. A “autoridade” dos bispos não pode residir, única ou primariamente, nas estruturas legais, mas, como em At 6.4, em seu ministério de “oração e da palavra de Deus”. Se isto for ignorado, o modelo da “autoridade da Escritura” que a própria Escritura oferece está deixando de cumprir a função que deveria. O ensino autoritativo das Escrituras não pode ser entregue a pesquisadores acadêmicos, por vitais que eles sejam. Os líderes reconhecidos da Igreja – na diocese, o(s) bispo(s); na Comunhão, os primazes – devem ser pessoas cujo ministério de ensino a autoridade de Deus investida na Escritura seja revelada – na missão no mundo e no ensino sábio para a edificação da Igreja.

59. Na medida em que esta tarefa continua, questões de *interpretação* são corretamente levantadas, não como uma tentativa de evitar ou relativizar a Escritura e sua autoridade, mas como forma de assegurar que é realmente a Escritura que está sendo ouvida, não simplesmente o eco de nossas próprias vozes (embora a nossa resposta pessoal ao ouvi-la seja necessária), ou a memória de interpretações anteriores dos cristãos (embora nós possamos sempre tê-los em conta: a “tradição” consiste basicamente na rememoração do que a Igreja-leitora-da-Escritura tem dito). A interpretação histórica, desde o permanente trabalho lexicográfico (para se ter certeza de que as nuances de palavras antigas estejam sendo adequada e precisamente ouvidas) até reconstruções históricas de amplo alcance (para se ter certeza de que nós não estamos fazendo suposições anacrônicas), permanece sendo vital. Isto pode ser profundamente desafiador para concepções arraigadas quanto ao se pensa que a Escritura está dizendo, principalmente onde ela tem sido lida numa matriz cultural ou filosófica inquestionada.

60. Isso se aplica, igualmente, em nossos próprios dias e contexto, aos pressupostos e arraigadas visões do Iluminismo (que, freqüentemente, resultaram em injustificáveis juízos negativos sobre grande parte do material bíblico), tanto quanto aos pressupostos e visões arraigadas de um conservadorismo pré- ou anti-crítico. Os estudos bíblicos precisam, simultaneamente, estar livres para explorar diferentes significados e ser controlados pela lealdade à comunidade da Igreja no tempo e no espaço. Eles não podem aspirar a uma “neutralidade” imparcial. Tal pretensão (como em frases do tipo “os resultados objetivos da pesquisa”) é freqüente e corretamente vista seja como uma luta por poder, seja como um mero protesto contra interpretações alternativas. Onde uma nova geração de estudos gera idéias que são percebidas como ameaças a alguma coisa que a Igreja tem sempre valorizado, cabe aos estudiosos em questão, por outro lado, explicarem como o que é agora proposto não somente concorda com, mas na verdade enriquece o núcleo central da fé da Igreja. E cabe à Igreja, por outro lado, não rejeitar novas propostas sumariamente, mas ouvir cuidadosamente, examinar tudo, e estar preparada para mudar a sua compreensão se e quando um argumento convincente for apresentado.

61. A crise atual constitui, pois, um chamamento a toda a Comunhão Anglicana para reavaliar as formas pelas quais nós temos lido, ouvido, estudado e digerido as Escrituras. Nós não mais podemos nos contentar em jogar textos aleatórios em argumentos, imaginando que a questão pode ser comprovada desse modo, ou na verdade desconsiderar partes do Novo Testamento como irrelevantes para o mundo de hoje, imaginando que os problemas se resolvem desta maneira. Nós necessitamos de estudo maduro, sábia discussão em espírito de oração, e um compromisso conjunto de ouvir e obedecer a Deus, quando Ele fala na Escritura; de descobrir mais sobre Jesus Cristo, a quem foi dada toda a autoridade; e de estar abertos para o vento renovador do Espírito que inspirou a Escritura, em primeiro lugar. Se nossas dificuldades presentes nos forçarem a ler e aprender juntos das Escrituras de nova maneira, elas não terão vindo sem proveito.

62. Uma menção da Escritura, hoje, pode, algumas vezes, parecer gerar divisão, tamanha ciência nós temos do espectro estonteante de estratégias e resultados interpretativos disponível. Isto é trágico, na medida em que, como em relação ao Espírito que inspirou as Escrituras, nós deveríamos esperar que a Bíblia fosse um caminho de unidade, não de divisão. De fato, a nossa leitura compartilhada da Escritura, através das fronteiras culturais, regionais e de tradições, deveria ser a característica central da nossa vida comum, guiando-nos juntos a uma unidade apropriadamente rica e diversa, ao nos fazer avançar de posições arraigadas para uma renovada apreciação das riquezas do Evangelho articuladas nas Escrituras. Isto é característica e apropriadamente realizado por meio dos vários ministérios da Igreja, especialmente o próximo dos laços de unidade a ser considerado.

### ***O episcopado***

63. A unidade da Comunhão é expressa e efetivada, entre outras coisas, através do *episcopado*. Durante a Reforma, a Igreja da Inglaterra manteve a tríplice ordem do ministério, em continuidade com a Igreja Primitiva. Como os eventos do século XVII evidenciam, de forma alguma foi uma conclusão inevitável que a Igreja da Inglaterra acabasse por manter a continuidade do episcopado. Mas, naquela oportunidade, “não houve qualquer tentativa [durante a Reforma do séc. XVI] de minimizar o papel dos bispos como ministros da palavra e dos sacramentos ou de interromper uma relação colegiada entre bispos e presbíteros, na diocese, ou dos bispos entre si, em nível de província.”. Dentro de um curto período de tempo, de fato, esta manutenção do episcopado como a forma fundamental de governo nas Igrejas Anglicanas tornou-se a marca distintiva de sua reivindicação de ser tanto católica como protestante; e, refletindo a prática da própria Igreja Primitiva, o ministério dos bispos, como pastores-chefes e mestres da fé, como foco de unidade e fonte do ministério, tornou-se central. O princípio do episcopado anglicano foi objeto de luta e defesa na vida da Igreja Episcopal da Escócia. Ele foi mantido na vida da ECUSA. Ele foi subsequente e cuidadosamente preservado na vida de todas as 38 províncias da Comunhão Anglicana, incluindo as Igrejas Unidas do Sul da Ásia. Reconhecido no Quadrilátero de Chicago-Lambeth, o episcopado tanto local como universal é portanto um elemento essencial na vida da Comunhão Anglicana. E, para voltar uma vez mais à Escritura como fato central de unidade na Comunhão, é o papel do bispo como mestre da Escritura, sobretudo, que não deve ser meramente simbólico, mas um meio muito prático de dar à Igreja a energia e direção de que ela precisa para sua missão e, portanto, a motivação e a fundamentação para sua unidade.

64. Sempre se defendeu no anglicanismo o conceito de que um bispo é mais do que simplesmente o pastor-chefe local. Os bispos representam a Igreja universal para a local e vice-versa. É por isso que as igrejas individualmente desenvolveram formas de confirmação da eleição dos bispos, significando sua aceitabilidade para a Igreja toda. Sem tal atenção à aceitabilidade

geral, o episcopado, ao invés de ser, em sua própria existência, um dos vínculos de unidade na Comunhão, rapidamente se torna ocasião e foco para desunião.

65. O trabalho e o valor simbólico unificante do episcopado local equivale ao nível trans-provincial aos quatro Instrumentos de Unidade (descritos mais aprofundadamente nos parágrafos 98-104), e especialmente ao próprio Arcebispo de Cantuária, como pastor-chefe de toda a Comunhão. Suas funções e trabalho não são um substituto para a mútua prestação de contas do restante da Igreja, mas, pelo contrário, são um meio de expressá-la, reunindo e capacitando toda a Igreja para ouvir a cada membro e cada membro ouvir ao todo. É com isto em mente que sucessivas Conferências de Lambeth têm instado os primazes a assumir o ônus de uma responsabilidade ampliada pela unidade da Comunhão, uma solicitação que teve eco na Comissão Inter-Anglicana de Teologia e Doutrina, em sua reunião de setembro de 2003. Essa solicitação baseia-se naquela teologia de uma liderança apostólica e episcopal mais ampla, a qual é expressa no Novo Testamento pelos próprios apóstolos (como exemplo, Paulo, escrevendo com autoridade para várias Igrejas, incluindo algumas que ele próprio não havia fundado), por escritores como Inácio de Antioquia, Irineu e Cipriano, e nos séculos subsequentes, pelo reconhecimento da importância das grandes Sés de Antioquia, Alexandria, Constantinopla, Roma e Jerusalém.

66. A própria existência dos instrumentos de unidade aponta para o desejo da Comunhão de trabalhar conjuntamente, com bispos, clero e laicato, todos envolvidos o mais profundamente possível. É aí que os contínuos sínodos, em todos os níveis da Igreja, expressam em sua existência, bem como (espera-se) pelo seu trabalho real, a unidade-na-diversidade que caracteriza nossa vida em comunhão. Em 1988, o Arcebispo Robert Runcie colocou o desafio desta maneira:

*“... estamos nós sendo chamados, através dos fatos e de sua interpretação teológica, a movermo-nos da independência para a interdependência? Se dissermos que sim, então não podemos fugir da questão de como isto pode ser “encarnado”: como nossa interdependência é articulada e efetivada; como ela deve ser estruturada? ... Nós precisamos ter confiança em que a autoridade não é dispersa até o ponto de se dissolver ou tornar-se ineficaz. ... Deixem-me colocar isto em termos simples mas fortes: nós realmente queremos a unidade na Comunhão Anglicana? Vale a pena reunir nossa família mundial de cristãos? Ou é a nossa principal preocupação a preservação da promoção daquela expressão particular do anglicanismo que se desenvolveu na cultura de nossa própria província? ... Acredito que nós necessitamos ainda da Comunhão Anglicana. Mas nós chegamos a um estágio de crescimento na Comunhão em que precisamos começar a fazer escolhas radicais, ou o crescimento se transformará, imperceptivelmente, em decadência. Acredito que a escolha entre independência e interdependência, já posta diante de nós como embrião de Comunhão vinte e cinco anos atrás, é muito simplesmente a escolha entre a unidade ou a gradual fragmentação.”*

O que isso testemunha é a compreensão de que as Igrejas da Comunhão Anglicana, se esta Comunhão de fato significa algo, estão obrigadas a moverem-se juntas, a caminhar juntas em sinodalidade. É pela escuta de, e interação com, vozes das mais diferentes partes da família possíveis que a Igreja descobre o que sua unidade e comunhão realmente significam. A sinodalidade, como característica da Comunhão Anglicana, se expressa nas Conferências de Lambeth desde 1867 (Resoluções 4, 5, 8 e 10), bem como na Conferência de Lambeth de 1897 (Resolução 24).

### ***Discernimento em comunhão e recepção***

67. Porque a Igreja inteira, incorporada e individualmente, dá atenção à leitura e ponderações das Escrituras, nós somos chamados à unificadora tarefa específica de um *comum discernimento em comunhão*. Nós vimos de uma variedade rica de culturas e cada um de nós é chamado a ler nas Escrituras e aplicar nelas o nosso próprio discernimento – e respeitar o fato de que outras Igrejas enfrentam as mesmas demandas, dentro de seus próprios contextos. Nós não podemos, conseqüentemente, confinar nossas leituras da Escritura ao nosso próprio discernimento (como eruditos, reivindicando às vezes a preservação da cultura ocidental, têm feito freqüentemente). Ao contrário, uma das maneiras pelas quais discernimos os limites da apropriada inculturação é pelo nosso reconhecimento dos outros, através dos limites tradicionais, porque é pelo Evangelho que proclamamos, vivemos e oferecemos seu ensino. Uma das marcas principais de uma saudável comunhão mundial deve ser precisamente nossa prontidão em aprender uns dos outros (o que de nenhuma maneira indica uma inquestionável aceitação das diferentes interpretações, mas sim uma responsabilidade rica e mútua) na medida em que lemos as Escrituras juntos. Até o ponto em que esta não foi uma característica principal de nossa vida comum em décadas recentes, não devemos ficar

surpresos que divisões maiores tenham surgido entre nós. Permitimos a nós mesmos uma tendência de distanciamento, pela pouca leitura da Escritura, ou por não lê-la suficientemente.

68. Em nossa vida comum, um meio pelo qual a unidade tem sido mantida, é sujeitando novos desenvolvimentos na Comunhão Anglicana a um teste de *recepção*. Em termos teológicos clássicos, ‘recepção’ era o processo pelo qual os pronunciamentos de um Concílio da Igreja eram testados pela maneira como os fiéis ‘recebiam-nos’. O *consensus fidelium* (‘a mentalidade comum dos crentes’) constituía a verificação final de que uma nova declaração estava em harmonia com a fé, porque tinha sido acolhida. Mais recentemente, a doutrina tem sido usada no anglicanismo como uma maneira de se testar se um desenvolvimento controverso, não ainda aprovado por um Concílio Universal da Igreja, não obstante ter surgido numa província por um processo legítimo, possa gradualmente, com o tempo, ser aceito como um autêntico desenvolvimento da fé. Isso permite uma clara seqüência em três níveis:

- i. discussão e debate teológico
- ii. ação formal, e
- iii. consulta ampliada para ver se a ação formal se torna aceita por todos.

Este processo de consulta estabelecido para fortalecer a Comunhão, é basicamente o oposto de uma confrontação, e guiamos a um discernimento compartilhado da verdade de Deus. Ele é uma chave para a manutenção da unidade da Igreja, durante um tempo de experimentação e incerteza.

69. Podemos notar, não obstante, que a doutrina da recepção somente tem sentido, se as proposições concernirem às matérias em que a Igreja ainda não se posicionou. Isto não pode ser aplicado no caso de ações que são explicitamente contra o ensino atual da Comunhão Anglicana como um todo, e/ou de províncias individuais. Nenhuma província, diocese ou paróquia tem o direito de introduzir uma novidade que vá contra tal ensino e alguns justificam-na dizendo que ela simplesmente foi introduzida buscando a recepção. Em tal caso, se a mudança é desejada, isto deve ser feito somente através dos canais adequados, que nós descrevemos em outra parte.

70. A Comunhão Anglicana é assim, limitada numa variedade de modos, com a Escritura como fator constante, o episcopado histórico, os Instrumentos de Unidade, e a visão sinodal da Igreja como meios práticos de se viver juntos sob a Escritura e com discernimento e recepção como os modos pelos quais a Comunhão age em relação às novas propostas e à emergência das diferenças. É importante notar que esses marcos de unidade são diferentes, no tipo, comparando com aqueles que são utilizados na Igreja Católica Romana, na qual o Pontífice, com o apoio da Cúria desfruta “o poder ordinário supremo, pleno, imediato e universal”, o qual ele pode sempre exercer livremente. O modelo anglicano, teológica, simbólica e praticamente, é difundido, precisamente, entre os diversos aspectos da vida da Comunhão, de tal maneira que dá a autoridade suprema à Escritura como o local e os caminhos da palavra de Deus, no sentido delineado acima, energizando a Igreja para sua missão e sustentando-a em sua unidade.

### **Diversidade na Comunhão**

71. A natureza da unidade na Comunhão Anglicana, necessariamente inclui a rica diversidade que procede de fatores tais como uma cultura local e diferentes tradições da leitura da Escritura. Diversidade é uma grande força; sem cuidado, todavia, ela também pode ser uma fonte de grande tensão e divisão. Na Comunhão, nós temos desenvolvidas maneiras práticas e teológicas de trabalhar com esse problema, e de aceitação ou não de formas distintas na diversidade.

### **Autonomia**

72. Esta diversidade é parte da *autonomia* das províncias individuais. Isto é fundamental para a política anglicana. Mas ‘autonomia’ é um conceito muito mal interpretado e, não somente porque ela é freqüentemente referida nas disputas atuais, é importante examiná-la mais detalhadamente.

73. Embora haja um sentido no rompimento da Igreja da Inglaterra com Roma no séc. XVI, como um fortalecimento da ‘autonomia’ daquela Igreja, em tempos mais recentes o conceito de “autonomia provincial” na compreensão anglicana foi desenvolvido, no contexto do início do séc. XX, para significar ‘independência do controle da Coroa Britânica’. A Igreja da Inglaterra estabelecida na Reforma era, e permanece, sujeita à supremacia real, e muitas Igrejas anglicanas de além-mar, por um momento ou outro, ficaram sujeitas àquela; falando sobre sua ‘autonomia’, cabe referir o seu afastamento desta supremacia.

74. Um desenvolvimento posterior de conceituação ocorreu então: como províncias receberam ou planejaram suas próprias constituições, a autonomia (em si mesma adquirida ou derivada, não inerente) veio a ser interpretada mais em termos de “o direito de cada Igreja de se autodeterminar”, expresso na posse de poderes extensivos sobre a determinação de questões locais. Assim, algumas constituições provinciais concedem formalmente aos seus sínodos principais, uma jurisdição extensiva sobre uma larga escala de questões, incluindo fé, ordem e disciplina. Em tempos diferentes, o direito de autodeterminação tem sido expresso pelos anglicanos de forma variada como: autonomia (da província ou diocese), independência como uma autoridade limitada, e, recentemente, numa nuance mais contextualizada, de interdependência e controle. Essas estruturas autônomas criaram um contexto no qual a unidade da Comunhão, descrita acima, pode ser expressa de diversas maneiras. Isto, inevitavelmente, levanta a questão-chave de quanto mais de diversidade deve ser permitida ou encorajada, em que questões, e sob quais condições.

75. A palavra ‘autonomia’ representa, no discurso anglicano, uma forma distante, mais limitada, de um governo independente, do que é popularmente compreendido por muitos, hoje em dia. Literalmente, ‘autônomo’ significa ter ‘a sua própria lei’ (*auto* – próprio, *nomos* – lei), e a autonomia de um corpo ou instituição significa “o direito dele ou dela de se autogovernar, ou fazer suas próprias leis e administrar *seus próprios assuntos*”. No mundo secular, está bem definido que leis ‘autônomas’ são aquelas criadas por um grupo ou pessoas na comunidade, a qual lhe tenha sido conferido um poder legislativo restrito e subordinado. Autonomia pois, não é a mesma coisa que soberania ou independência; ela está mais relacionada com política ortodoxa de uma ‘autocefalia’, que demonstra autonomia em comunhão.

76. Um corpo está assim, nesse sentido, ‘autônomo’ *somente em relação aos outros*: a autonomia existe em relação com um sistema ou uma comunidade ampla, da qual as entidades autônomas tomam parte. A palavra ‘autônomo’, neste sentido, atualmente, implica não num isolado individualismo, mas na idéia de se ser livre para se autodeterminar, dentro de uma obrigação ampla com os outros. A idéia chave é autonomia – em – comunhão, ou seja, liberdade limitada pela interdependência. A autonomia de cada província anglicana, pois, implica que a Igreja vive em relação com, e exercita sua autonomia mais completamente no contexto da Comunhão global. Esta idéia de autonomia-em-relação está claramente implícita nas leis de algumas igrejas: por exemplo, a província de South East Ásia descreve a si mesma como “uma parte inteiramente autônoma da Comunhão Anglicana”.

77. Como o direito de autogoverno, autonomia é uma forma de autoridade limitada. Ordinariamente, um corpo autônomo (ao contrário de um corpo soberano), é capaz somente de tomar decisões por si mesmo em relação a seus próprios assuntos, no seu próprio nível. Autonomia, então, é ligada à dependência (ver parágrafos 38-39, 83, 94-95).

78. Entendido desta maneira, cada Igreja autônoma tem o direito de ordenar e regular os seus próprios assuntos locais, mediante o seu próprio sistema de governo e suas leis. Cada Igreja está livre de um controle direto, por toda a decisão de qualquer corpo eclesiástico externo, em relação a seus assuntos internos exclusivos (a menos que esta decisão externa esteja autorizada sob, ou incorporada, em sua própria lei).

79. No entanto, alguns assuntos tratados na, e pela Igreja, podem ter um caráter duplo: eles podem ser de interesse interno (doméstico) e externo (comum). Autonomia inclui o direito de uma Igreja tomar decisões em todos os tipos de assuntos, que podem se referir à ampla comunidade externa da qual ela toma parte, que são também assuntos das demais províncias, providenciando que todas aquelas decisões internas sejam plenamente compatíveis com os interesses, padrões, unidade e boa ordem da comunidade ampla, da qual os corpos autônomos tomam parte. Se elas não são tão compatíveis, embora possa não haver questionamento a respeito de sua validade legal, elas tencionarão não somente o amplo relacionamento daquela Igreja com as demais, mas, também, naquela auto-compreensão interna da própria Igreja como parte da “Una,

Santa, Católica e Apostólica Igreja”, em relação a alguns de seus próprios membros.

80. Em nossa percepção, ‘autonomia’, pois, denota, não uma liberdade ilimitada, mas o que nós podemos chamar de liberdade-em-relação; assim, ela está sujeita a limites gerados pelos compromissos com a Comunhão. Consequentemente, a natureza da autonomia, em si mesma, obriga cada Igreja a ter atenção com o bem-comum da comunidade anglicana global e da Igreja universal.

81. Essas idéias são compartilhadas com outras tradições cristãs. No presente momento, nós sentimos que elas são também entendidas em termos de autonomia de uma diocese individual em relação à província da qual toma parte, e talvez, também, de uma paróquia individual em relação à diocese da qual faz parte, desde que elas estejam tendo uma forte expressão institucional. Isto parece bem menos compreendido, quando a situação se relaciona com a autonomia de uma província, em relação à Comunhão global.

82. Na medida que autonomia é limitada/ relacionada com interdependência e liberdade-em-relação, há limites legítimos (tanto substantivos e de procedimento) no exercício desta autonomia, demandados pelos relacionamentos e compromissos com a comunhão e pelo reconhecimento de identidade comum. Comunhão, é, de fato, o limite da autonomia. Em questões essenciais de discernimento comum para a irmandade universal das Igrejas (questões que são concernentes, tanto a Igreja particular como à ampla comunhão da qual ela é parte), nós acreditamos que cada Igreja no exercício de sua autonomia deveria:

- considerar, promover e respeitar o bem comum da Comunhão Anglicana e de suas Igrejas constituintes (como consideradas em comunhão, através dos Instrumentos de Unidade)
- manter sua comunhão com suas Igrejas companheiras e evitar arriscá-la, ao tomar iniciativas potencialmente contenciosas, antes de implementá-las para o resto da comunhão em diálogo, consulta, discernimento e concordância em comunhão, com a irmandade das Igrejas (através dos instrumentos de união), e
- ser capaz de afastar-se, quando apropriado e aceitável, levando em conta a base de sua própria consciência corporativa e com a aprovação da Comunhão, dos padrões da comunidade da qual é parte autônoma, cuidando para que tal afastamento não seja crítico para a manutenção da comunhão, nem capaz de afetar o bem comum da Comunhão Anglicana e da Igreja universal (novamente, como determinado pelos Instrumentos de Unidade).

83. ‘Autonomia’, neste sentido, é, pois, estreitamente ligado à *dependência*, discutida anteriormente. Isto é claro no *Relatório de Virgínia*, o qual foi apresentado para a Conferência de Lambeth de 1988. É argumentado que “uma autoridade central deve ter uma função subsidiária, realizando somente tarefas que não podem ser realizadas, efetivamente, num nível mais imediato ou local”. (4:8) “No entanto”, continua o Relatório, “quando decisões são tomadas por províncias, sem consulta, em questões relacionadas à vida de toda a Comunhão, elas podem levantar tensões nas outras províncias ou outras tradições cristãs rejeitem o que tinha sido decidido” (4:13). Nesta mesma seção sobre dependência, o *Relatório de Virgínia* faz referência ao Relatório da Comissão Eames (III, 43-44), observando que onde tais decisões são concernentes, há necessidade de consulta com agentes apropriados da interdependência anglicana, antes de agir.

84. Autonomia e Comunhão, conseqüentemente, caminham juntas, como muitas tradições cristãs enfatizaram e, certamente, isto emerge de nossos diálogos ecumênicos. Elas são perfeitamente compatíveis, independentes e direcionadas ao mesmo objetivo, ou seja, a missão da Igreja que cada uma extrai da outra, na tensão criativa. Cada Igreja tem uma personalidade corporativa eclesial e existe em, e para suas Igrejas irmãs. Cada Igreja tem para si a maior liberdade possível, a qual é compatível com a unidade e boa ordem da Comunhão Anglicana, no governo, no ministério, na doutrina, na liturgia, nos ritos, no ecumenismo e na propriedade.

85. A autonomia dá um espaço pleno para o desenvolvimento da vida local autêntica, fora da fé e missão cristãs, no que se tornou conhecido como *inculturação*. Isto é uma parte essencial da missão cristã: cada Igreja precisa encontrar novos meios de proclamar o Evangelho de Cristo, no contexto do mundo no qual está vivendo. A verdade eterna do Evangelho conta, de

várias maneiras, para as particularidades de cada uma sociedade, assim como nós já vimos na vida da Igreja Primitiva, como descrito em Atos. Essa combinação de fidelidade ao Evangelho e de inculturação em diferentes sociedades, inevitavelmente, produzirá uma adequada e bem vinda diversidade na vida da Igreja. Tal diversidade levanta, algumas vezes, a questão de se a fidelidade tenha sido abandonada (pensem no choque de alguns adoradores ortodoxos devotos, ao observarem os cristãos ocidentais tomando o caminho equivocado) mas diversidade, como nós já vimos, é em princípio, para ser considerada bem vinda e celebrada, como normal e saudável. Como a Conferência de Lambeth de 1988 declarou:

*“É correto e adequado que a fé única e a disciplina da Igreja devam ser ‘encarnadas’ em variadas formas culturais... O Evangelho de Jesus não vem para o povo através do abstrato, mas para o homem e mulher específicos.”*

Isso significa que o já bastante discutido tema de ‘Cristo e cultura’ é em grande parte, um problema de como comunicar o Evangelho, efetivamente, em amplas situações culturais diferentes.

86. Há, no entanto, limites para a diversidade. Na vida das Igrejas cristãs, esses limites são definidos pela verdade e pela caridade. A Conferência de Lambeth de 1920 colocou isto desta maneira:

*“As Igrejas representadas [na Comunhão] são realmente independentes, mas independentes com a liberdade cristã, que reconhece os limites da verdade e do amor. Elas não são livres para negar a verdade. Elas não são livres para negar a irmandade.”*

Isto significa que qualquer desenvolvimento precisa ser explorado em sua ressonância com a verdade, e com a caridade máxima da parte de todos – a caridade que reconhece que uma coisa nova pode ser oferecida humildemente e com integridade, e a caridade que pode refrear uma ação que possa prejudicar uma irmã ou um irmão.

### **Adiáfora**

87. Como a Igreja tem explorado a questão dos limites da diversidade, ela tem frequentemente feito uso da noção de *adiáfora*: coisas que não fazem diferença, matérias consideradas como não-essenciais, questões sobre as quais alguém pode discordar sem dividir a Igreja. Essa noção subjaz no centro de muitas disputas atuais. Os fundamentos bíblicos clássicos do princípio estão em Rm 14:1-15:13 e I Cor 8-10. Lá, em contextos diferentes, mas relacionados, Paulo insiste que tais temas como comida e bebida (comendo carne e bebendo vinho, ou abstenendo-se de fazê-lo; comendo carne que tenha sido oferecida aos ídolos, ou recusando-se a fazê-lo), são questões de convicção particular sobre as quais cristãos que tem uma diferente posição, não podem julgar os outros. Eles devem lutar para que este testemunho e adoração, unidos, possam celebrar e mostrar o fato de que eles estão adorando o mesmo Deus e são servos do mesmo Senhor.

88. Este princípio de ‘adiáfora’ foi invocado e desenvolvido pelos primitivos reformadores ingleses, particularmente em sua reivindicação de que em questões de teologia eucarísticas interpretações específicas (a transubstanciação estava particularmente em pauta) não deveriam ser insistidas como ‘necessária de serem acreditadas’, e que uma escala mais ampla de interpretações deveria ser permitida. Desde então, a noção de ‘adiáfora’ tem sido uma das características principais da teologia anglicana, contra aquelas escolas de pensamento, tanto romana como protestantes, nas quais o mínimo detalhe de opinião e prática são muitas vezes considerados como partes essenciais de um todo indivisível.

89. Isso não significa, no entanto, que tanto para Paulo, como para a teologia anglicana, todas as coisas sobre as quais os cristãos discordam, devem ser, automaticamente colocadas na categoria de ‘adiáfora’. Nunca é suficiente demais dizer que nós devemos celebrar ou, ao menos, respeitar ‘a diferença’, sem considerar problemas posteriores. Nem todas as ‘diferenças’ devem ser toleradas (sabemos muito bem que, em casos de racismo e abuso de crianças, não podemos declarar “alguns de nós somos racistas, outros não o são, assim celebremos a nossa diversidade”). Esta questão é frequentemente invocada nas discussões atuais, como, por exemplo, quando pessoas sugerem algo sem argumentação posterior, em relação a um tema particularmente controverso; isso não deve ser permitido, tendo em vista a possibilidade de se prejudicar a unidade da Igreja; em outras palavras, o tema em questão não é sério como alguns supõem. Nas cartas já mencionadas, Paulo é

perfeitamente claro que há vários temas – óbvios exemplos são incesto (I Cor 5) e ações judiciais entre cristãos perante tribunais não-cristãos (I Cor 6) – nos quais não há possibilidade de se dizer “alguns cristãos pensam isto, outros cristãos pensam aquilo, e vocês precisam aprender a viver com a diferença”. Ao contrário: Paulo insiste que alguns tipos de comportamento são incompatíveis com o herdar o iminente Reino de Deus, e não devem, conseqüentemente, serem tolerados dentro da Igreja. ‘Diferença’ tem se tornado um conceito no atual discurso pós-moderno, que pode ser facilmente mal interpretado na Igreja ocidental contemporânea, ao esquecer os princípios, enraizados na Escritura e freqüentemente rearticulados no cristianismo, para distinguir um tipo de diferença de outra.

90. A questão, então, naturalmente, levanta o *como* um pode falar, e também, o *que* pode decidir, que tipos de comportamento se relacionam como ‘adiáforas’ e quais os que não são. Para Paulo, as categorias não são arbitrária mas, claramente distintas. Por exemplo: aquela que separaria de outra forma os judeus e os gentios dentro da Igreja é ‘adiáfora’. A que incorpora e expressa a humanidade renovada em Cristo é sempre imperativa para os cristãos; aquela que incorpora o desumanizante afastar-se de Deus, que Paulo caracteriza em termos tais como ‘pecado’, ‘carne’, etc., é sempre proibido. Essa situação, certamente, deixa várias questões sem resposta, mas, ao menos, esboça um mapa no qual discussões posteriores podem ser localizadas.

91. Para este fim, nós notamos que embora a noção de Paulo de ‘adiáfora’ compreende situações onde aspectos particulares do estilo de vida estão associados com culturas particulares, ele nunca supôs que a cultura humana, em abstrato, é simplesmente ‘neutra’. Assim, todos os hábitos de pensamento e vida numa cultura particular tem de ser vistos como ‘não essenciais’ ou para essa questão, ‘a serem suportadas e destacadas’. Quando nós colocamos a noção de ‘adiáfora’ junto com a da inculturação (ver acima nos parágrafos 32, 67, 85) o que encontramos é que, no mundo de Paulo, muitas culturas são orgulhosas de si mesmas, em coisas tais como ódio e violência, de um lado, e de promiscuidade sexual do outro. Paulo insiste em que ambas essas situações não são relacionadas aos cristãos. Outros orgulhavam-se de si mesmos em questões de justiça e paz; Paulo demonstrou que o Evangelho de Cristo realçou e cumpriu tais aspirações. A Igreja, em cada cultura e geração, precisa desfazer-se dos julgamentos inadequados e dos complexos relacionados a eles.

92. Mesmo quando a noção de ‘adiáfora’ é aplicável, isto não significa que os cristãos se tornam livres para investir em suas próprias escolhas pessoais, sem restrição. Paulo insiste que aqueles que tomam o que ele chama de “forte posição”, reivindicando o direito de comer e de beber, que outros consideram como fora dos limites, devem cuidar dos “fracos”, aqueles que ainda conservam escrúpulos de consciência sobre os temas em questão. Aqueles que estão tentados a agir contra a consciência estão sendo atraídos para o pecado. Paulo não fala sobre esta realidade como uma situação estática. Ele espera que o seu próprio ensinamento e aceitação mútua pela família cristã, possam trazer o povo para uma conscientização comum. Mas também sabe, através da experiência pastoral, que as pessoas não mudam suas mentes da noite para o dia, em profundas questões relacionadas a sua cultura e experiência.

93. Quando, no entanto, uma reivindicação é feita no sentido de que uma postura particular teológica ou ética é alguma coisa ‘indiferente’, e que pessoas devem ser livres para segui-la sem que a Igreja fique, por isso, dividida, há duas perguntas a serem feitas. Primeiro, é este de fato o tipo de matéria que pode ser considerada como ‘não essencial’, ou isto toca em alguma coisa vital? Segundo, se é realmente ‘adiáfora’, não é provável que um número expressivo de cristãos a julguem escandalosa e ofensiva, no sentido de que eles estão sendo levados a agir contra suas próprias consciências ao considerá-la? Ou não estarão eles sendo levados por causa de suas consciências, a romper a fraternidade com aqueles que propõe esta questão? Se a resposta a estas ponderações é ‘sim’, as orientações bíblicas insistem que todos os que não tem escrúpulos sobre a ação proposta por eles não devem continuar.

94. Assim, a noção de ‘adiáfora’ é trazida de volta para o seu estreito relacionamento com o que é ‘dependência’, o princípio de que temas na Igreja devem ser decididos o mais próximo possível do nível local. Uma distinção é estabelecida entre questões triviais, sobre as quais ninguém pensaria em consultar o Grande Conselho da Comunhão, e temas mais sérios, os quais nenhuma Igreja local tem o direito de levá-los adiante à sua própria maneira. As duas noções de ‘adiáfora’ e ‘dependência’ trabalham juntas desta maneira: a clareza sobre se alguma coisa é ‘indiferente’ em termos da ética e doutrina central da

Igreja, pode ser decidido o mais perto do nível local; enquanto que, para se ter a clareza sobre alguma coisa que é central, o círculo de consulta deve ser o mais amplo. Mais uma vez, isto coloca a questão: como alguém sabe e como decide em que nível um tema particular se situa? Em muitos casos uma óbvia prima facie da situação surge de uma controvérsia, tanto localmente como através da Comunhão, para se saber, pelas razões mencionadas no parágrafo anterior, se isto se refere a toda a diocese ou província, ou mesmo a toda a Comunhão.

95. Não apenas por causa das questões atuais sobre ‘quem decide’ nessas matérias, as noções gêmeas de ‘adiáfora’ e ‘dependência’ precisam ser trianguladas com as questões de autoridade, considerando, particularmente, a autoridade da Escritura, por um lado, e a tomada de decisões na Igreja, por outro. Isto nos traz de volta a consideração sobre a natureza da diversidade na comunhão, os limites da unidade que mantém esta comunhão junta, e assim, completar o círculo do conceito do que nossa comunhão atualmente é, como funciona e floresce, e se ela se compromete com a missão de Deus no mundo.

96. Tendo oferecido uma descrição, tanto sobre a natureza dos problemas que nos confrontam na Comunhão Anglicana, e dos princípios teológicos nos quais eles precisam ser entendidos, voltamos nossa atenção para o futuro. Em que direção está Deus nos chamando agora, como Comunhão Anglicana? Comprometemo-nos em cumprir nossa missão e, através de nossa unidade e comunhão, viver o Evangelho de Jesus para a redenção e salvação do mundo?

## Seção C: Nossa vida conjunta futura

### *Os Instrumentos de Unidade*

97. um aspecto que nos surpreendeu profundamente foi a forma como as visões dos Instrumentos de Unidade foram ignoradas ou postas de lado por segmentos da comunhão. Isto levou a Comissão a revisitar a questão da autoridade dos Instrumentos de unidade e da inter-relação e faremos recomendações adiante. O *Relatório de Virgínia* falou sobre as estruturas centrais do Anglicanismo como “uma rede [de autoridade] complexa e em desenvolvimento”. De muitas maneiras, tal autoridade dispersa é uma grande força, mas em relação às questões com que se defronta a Comunhão recentemente, sua fraqueza intrínseca foi claramente ilustrada.

98. desde cedo na vida das igrejas anglicanas, ficou claro que seriam necessários mecanismos pelos quais as Igrejas pudessem se consultar mutuamente. Estes se tornaram as estruturas centrais da Comunhão Anglicana, conhecidas conjuntamente como Instrumentos da Unidade. Quando falamos dos “Instrumentos de Unidade”, estamos nos referindo (em ordem cronológica) a:

- o Arcebispo de Cantuária
- a Conferência de Lambeth
- o Conselho Consultivo Anglicano
- o Encontro dos Primazes

### *O Arcebispo de Cantuária*

99. Desde o princípio, o Arcebispo de Cantuária, tanto em pessoa como enquanto cargo, tem sido o instrumento e foco de unidade crucial, e a relação com ele tornou-se uma pedra de toque do que é ser anglicano. Foi para o Arcebispo de Cantuária que os Anglicanos Americanos primeiro se dirigiram ao buscar a sagração de novos bispos após a Guerra de Independência Americana. Depois disso, foram sucessivos Arcebispos de Cantuária que sagraram bispos no Canadá, Índias Ocidentais, Índia e nos territórios coloniais ingleses e foi aos Arcebispos de Cantuária que essas Igrejas tenderam a solicitar assistência tanto em assuntos espirituais como políticos quando surgiram problemas.

### ***A Conferência de Lambeth***

100. Foi um desdobramento natural disso que o Arcebispo de Cantuária devesse ser a pessoa que convocasse os Bispos da Comunhão Anglicana a se reunirem para se aconselharem. Apesar da primeira Conferência de Lambeth ter sido convocada em meio a considerável controvérsia e resistência quanto a seu significado, sua concepção foi fundamentalmente concebida pelo Arcebispo C. T. Longley. A questão de ensinamentos controversos de um bispo da incipiente Igreja Sul-Africana, Willian Colenso, bispo de Natal, foi incorporada à agenda pela pressão dos bispos participantes; de certa maneira, isto foi um indicativo do que ocorreria em reuniões internacionais de anglicanos, quando tópicos controversos surgiram. A inter-comunhão esteve no cerne de suas preocupações: talvez não surpreenda que suas resoluções prefigurem muitas das questões que recorreriam (em relação a uma série de temas, década após década) no século e meio que se seguiu.

101. Dada a compreensão do Ofício Episcopal no Anglicanismo (ver parágrafos 63-66 acima), a Conferência pareceu ser a instância apropriada para expressar uma visão das questões de pureza e ortodoxia doutrinárias. Compelida pelo caso Colenso, ela sugeriu que “...um comitê [de bispos] seja instruído a considerar a constituição de um tribunal espiritual voluntário ao qual se possa apelar em relação a questões de doutrina...”

102. Tem sido uma pré-condição de sua convocação que a Conferência não se veja como um Sínodo pan-Anglicano, com poderes legislativos, mas antes como uma instância consultiva; embora naquela oportunidade, ela enfatizasse que a “unidade na fé e na disciplina será melhor mantida entre as várias partes da Comunhão Anglicana por meio da devida e canônica subordinação dos Sínodos das diferentes partes à autoridade superior de um Sínodo ou Sínodos acima deles”. Qualquer que seja seu significado pretendido, como notou Owen Chadwick, “Reuniões começam a ganhar autoridade se existirem e forem vistas não como uma nuvem de ar quente e de retórica. Era impossível que os líderes da Comunhão Anglicana se reunissem a cada dez anos e não comessem a ganhar respeito; e ganhar respeito é aos poucos ganhar influência, e a influência está no caminho da autoridade”. Desde seu princípio, a Conferência de Lambeth mostrou ser um poderoso veículo de expressão de um conceito central à Eclesiologia Anglicana, a colegialidade dos bispos.

### ***O Conselho Consultivo Anglicano***

103. A primeira Conferência de Lambeth foi convocada antes do advento da participação ampla dos leigos no governo sinodal formal. A Conferência de 1867 tinha estabelecido várias comissões, para subsidiar o trabalho que os bispos tinham iniciado. Em 1897, ela resolveu estabelecer um corpo consultivo permanente. Este desenvolveu-se com o passar dos anos, tornando-se efetivo com o estabelecimento final, em 1968, do Conselho Consultivo Anglicano. O Conselho Consultivo Anglicano daria voz ao povo leigo que agora participava plenamente no governo de suas províncias ao redor do mundo; embora o Conselho, como a Conferência de Lambeth, tenha sempre desautorizado qualquer intenção de assumir um status sinodal mais formal.

### ***O Encontro dos Primazes***

104. Finalmente, em 1978, a Conferência de Lambeth conclamou o Arcebispo de Cantuária a trabalhar com todos os Primazes da Comunhão Anglicana, “para iniciar a discussão da forma de relacionar entre si as conferências internacionais, conselhos e reuniões no interior da Comunhão Anglicana, de modo que a Comunhão Anglicana possa melhor servir a Deus no contexto da Igreja una, santa, católica e apostólica”. O Arcebispo Coggan defendeu a realização de “encontros dos Primazes da Comunhão com razoável frequência, para reflexão, oração e profunda consulta em clima de descontração... encontros nem sempre têm sido descontraídos, e podem não ter estado à altura das outras aspirações do Arcebispo Coggan. Como os outros Instrumentos de Unidade, contudo, o Encontro dos Primazes têm recusado reconhecer qualquer coisa, além de uma autoridade consultiva e de assessoramento. Em parte, é tarefa da presente Comissão analisar propostas feitas nas Conferências de Lambeth de 1988 e 1998,<sup>72</sup> e reiteradas em *To Mend the Net*,<sup>73</sup> para que os primazes tenham uma “responsabilidade ampliada no oferecimento de orientação sobre assuntos doutrinários, morais e pastorais”.

## Recomendações sobre os Instrumentos de Unidade

105. Concluímos que precisa haver uma compreensão mais clara das expectativas postas sobre as províncias quanto a responderem às decisões destes Instrumentos. Não defendemos a acumulação de poder formal por parte dos Instrumentos de Unidade, ou o estabelecimento de qualquer tipo de “cúria” central para a Comunhão. Entretanto, nós cremos que há várias formas nas quais a natureza da autoridade moral dos Instrumentos de Unidade poderiam ser mais claramente articuladas. A terminologia que utilizamos para descrever esses “Instrumentos de Unidade” sugere que seu objetivo primário radica em outro lugar; nem o conceito nem o alvo da “unidade” são explícitos, e assim parece que eles não estão interrelacionados de nenhuma forma. Nós temos um “Conselho” que é “consultivo”, uma “Conferência” que se reúne a cada década, um “Encontro” que não tem regularidade prevista, e um “Arcebispo”. Recomendamos que o Arcebispo de Cantuária seja considerado o foco de unidade e que o Encontro dos Primazes, a Conferência de Lambeth, o Conselho Consultivo Anglicano, e possivelmente outros, sejam considerados mais propriamente como os Instrumentos de Comunhão.

106. É necessário maior aprofundamento quanto à relação entre esses Instrumentos de Unidade. No momento não há uma demarcação clara que indique que responsabilidades se aplicam a qual instrumento; isto é particularmente verdadeiro quanto à relação entre a Conferência de Lambeth e o Conselho Consultivo Anglicano. Qual deles fala com voz mais autorizada em nome do Anglicanismo mundial? Deveria a Conferência de Lambeth, como reunião dos principais pastores e mestres das Igrejas, possuir um “magistério”, uma autoridade de ensino de caráter especial? O Conselho Consultivo Anglicano, como único dos instrumentos com participação leiga ao lado dos membros ordenados que não são bispos, e assim mais de perto lembrando os Sínodos e Convenções das províncias, é a instância mais apropriada para tomar decisões que se aproximam de assumir um caráter vinculante para a Comunhão? Qual a relação entre a Conferência de Lambeth e o Encontro dos Primazes? Quando o Encontro dos Primazes começou, se propunha que ele assumisse certas responsabilidades semelhantes a um Comitê Executivo da Conferência de Lambeth, promovendo o tipo de reunião freqüente, que lhe permitisse enfrentar crises emergentes. Terá ele, de fato, desenvolvido tal “responsabilidade ampliada” recomendada pela Conferência de Lambeth e pela Comissão Teológica e Doutrinária Inter-Anglicana? Seria mais claro se o “Encontro dos Primazes” ficasse conhecido como “Conferência dos Primazes – Comitê Permanente de Lambeth”.

107. Estamos conscientes de que o enfrentamento de questões estruturais referentes aos Instrumentos de Unidade pode ser visto como nos levando para além de nosso mandato e que seria, de qualquer forma, um assunto para os próprios Instrumentos (especialmente o Conselho Consultivo Anglicano) abordarem. Contudo, oferecemos nossas reflexões e sugestões sobre esses assuntos no Apêndice 1.

### ***O Arcebispo de Cantuária***

108. O papel do Arcebispo de Cantuária em relação aos demais Instrumentos de Unidade é crucial. O Arcebispo preside tanto a Conferência de Lambeth como o Encontro dos Primazes, e é Presidente *ex-officio* do Conselho Consultivo Anglicano. Isso coloca o Arcebispo no centro de cada um dos Instrumentos, e como o único fator comum a todos. Para que o Arcebispo se habilite a cumprir um papel crítico no cerne da Comunhão, há óbvias implicações para aqueles que estabelecem prioridades em termos do ministério internacional do Arcebispo de Cantuária. Ele deve estar livre para exercer seu papel plenamente em cada um dos Instrumentos de Unidade.

109. A Comissão crê, portanto, que a posição histórica do Arcebispo de Cantuária não deve ser figurativa, mas como o foco central tanto da unidade como da missão no interior da Comunhão. Este cargo tem um papel magisterial-pedagógico muito significativo. Como o foco significativo de unidade, missão e ensino, a Comunhão volta-se para o cargo do Arcebispo para articular qual o pensamento, a mente da Comunhão, especialmente em áreas de controvérsia. A Comunhão poderia recorrer ao ocupante deste cargo para que fale diretamente a qualquer situação provincial em nome da Comunhão, onde for julgado aconselhável. Tal ação não deveria ser vista como uma interferência externa ao exercício da autonomia de qualquer província. É importante, no entender da Comissão, aceitar que o Arcebispo de Cantuária atue no âmbito da significância histórica de sua posição quando falar como irmão aos membros de todas as Igrejas-membros da Comunhão Anglicana, e como alguém que participa plenamente de sua vida e testemunho.

110. Além disso, observou-se que o Arcebispo de Cantuária preside a Conferência de Lambeth e o Encontro dos Primazes, e que ambos são dependentes em sua existência de seu comando. Recomendamos que esta dependência da Sé de Cantuária permaneça, e de fato, seja ampliada. Atualmente, há uma falta de clareza sobre o grau de discricão que o Arcebispo possui com respeito a emitir os convites para a Conferência de Lambeth e ao Encontro dos Primazes. Esta Comissão é de opinião que o Arcebispo tenha direito a convocar ou não a essas reuniões quem quer que ele julgue apropriado, com o fim de salvaguardar, e tomar conselho com vistas ao bem-estar da Comunhão Anglicana. A Comissão crê que no exercício deste direito, o Arcebispo de Cantuária deveria convidar participantes à Conferência de Lambeth em bases restritas, a seu exclusivo juízo, se houver circunstâncias em que a participação com direito a voto na Conferência for percebido como possuindo um caráter indesejado, ou vindo a militar contra a unidade maior da Comunhão.

### ***Um Conselho de Assessoramento***

111. O Arcebispo de Cantuária possui uma outra particularidade em relação aos Instrumentos de Unidade, na medida em que somente ele é um indivíduo, e não possui natureza conciliar. Isto pode ser uma desvantagem quando se busca clareza quanto às ocasiões em que ele poderia ter autoridade para tomar uma iniciativa de tentar exercer autoridade em nome de toda a Comunhão. Portanto, o modo pelo qual este ministério é apoiado pela Comunhão é de extrema importância. A Comissão conclui que a criação de um Conselho de Assessoramento ampliaria consideravelmente os fundamentos de qualquer autoridade com base na qual o Arcebispo possa sentir-se plenamente capacitado a agir. Além disso, a relação entre o Arcebispo e a Secretaria do Conselho Consultivo Anglicano dever ser revista.

112. Para desempenhar o papel que definimos para o Arcebispo de Cantuária, o Arcebispo deveria ser apoiado por mecanismos apropriados para assegurar que ele não se sinta exposto e atuando inteiramente por conta própria, mas de modo que seja informado por pessoas idôneas, que possuam conhecimento da vida da Comunhão, e das considerações, teológicas, eclesiológicas e canônicas que se aplicariam a qualquer situação. Recomendamos, portanto, a criação de um Conselho de Assessoramento ao Arcebispo para ajudá-lo a discernir quando e como poderia ser apropriado para ele exercer um ministério de unidade em nome de toda a Comunhão. Tal instância poderia ser formada a partir de qualquer conselho existente na Comunhão, possivelmente os Comitês Permanentes Conjuntos do Conselho Consultivo Anglicano e do Encontro dos Primazes, ou um conselho assessor menor escolhido dentre os membros daquelas instâncias. Contudo, será necessário que ele seja constituído com referência específica ao tipo de competência em que o Arcebispo de Cantuária possa querer basear-se no exercício deste ministério específico. Isto pode significar que seja preferível considerar a formação de um pequeno grupo de assessores reunido para cumprir esse papel específico, dentre os primazes da Comunhão, como também baseado na competência específica que se julgue necessária.

### ***Direito Canônico e Pacto***

113. Tem havido nos anos recentes uma retomada do interesse, e do estudo acadêmico, sobre o Direito Canônico das igrejas anglicanas (suas constituições, cânones e outros instrumentos regulatórios). Particularmente, a Reunião dos Primazes em Kanuga 2001 analisou o reconhecimento da existência de um *ius commune* não-escrito na Comunhão Anglicana mundial e iniciou um processo que levou à Consulta dos Consultores Legais da Comunhão Anglicana em Cantuária (Março de 2002). A Consulta concluiu que: há princípios de direito canônico comuns às igrejas na Comunhão Anglicana; sua existência pode ser factualmente estabelecida; cada província contribui por meio de seu próprio sistema jurídico para os princípios de direito canônico comuns na Comunhão; esses princípios têm uma forte autoridade persuasiva e são fundamentais à auto-compreensão de cada igreja da Comunhão; esses princípios possuem força viva e contêm em si a possibilidade de maior desenvolvimento; e a existência desses princípios tanto demonstra como promove a unidade no interior da Comunhão Anglicana.

114. Em sua reunião em Cantuária, em abril de 2002, “[o]s Primazes reconheceram que o direito não-escrito comum às Igrejas da Comunhão e expresso em princípios compartilhados de direito canônico pode ser visto como constituindo um quinto ‘instrumento de unidade’... a prover um referencial básico para sustentar as condições mínimas que permitam às Igrejas da Comunhão viverem juntas em harmonia e unidade”. Por recomendação dos Primazes, o Conselho Consultivo

Anglicano (Hong Kong, Setembro de 2002) aprovou a criação da Rede de Consultores Jurídicos da Comunhão Anglicana “para produzir uma declaração dos princípios do direito canônico comum às igrejas, e para examinar problemas compartilhados e soluções possíveis”. Em outubro de 2003, os primazes instaram a Rede a “levar a termo” este trabalho. Esta Comissão endossa inteiramente e recomenda fortemente a conclusão da Declaração de Princípios de Direito Canônico assim que for possível e se alegra em saber que há uma reunião da Rede planejada para o final de 2004.

115. Os primazes em Kanuga 2001 também analisaram as seguintes proposições:

- Os princípios sobre comunhão, autonomia, discernimento em comunhão e relações inter-anglicanas, enunciados em nível global pelos Instrumentos de Unidade, têm autoridade moral persuasiva para igrejas individuais; eles não possuem autoridade jurídica aplicável a menos que sejam incorporados a seus sistemas jurídicos (e em geral eles não estão incorporados).
- Isto pode ser contrastado com a experiência jurídica da igreja particular, na qual o direito canônico aplicável, servo da igreja, busca facilitar e ordenar a comunhão entre seus fiéis.
- O direito canônico de cada igreja deve refletir e promover a comunhão global.

116. Atualmente, os sistemas canônicos individuais são ambivalentes no tocante à comunhão global, raramente centrípetos (olhando para fora), fundamentalmente neutros (internos), e às vezes centrífugos (mantendo outras províncias à distância). Nenhuma igreja tem um corpo sistemático de “lei de comunhão” que lide com sua relação de comunhão com outras igrejas-membras. Surpreendentemente, então, as relações inter-anglicanas não são uma marca distintiva das leis provinciais. Isto pode ser contrastado com o crescente corpo de leis ecumênicas em igrejas anglicanas, que facilita a relações de comunhão entre anglicanos e não-anglicanos.

117. Esta Comissão recomenda, portanto, análise sobre como tornar os princípios das relações inter-anglicanas mais efetivos no nível eclesial local. Este tem sido um problema persistente no Anglicanismo, contribuindo diretamente para a crise atual, e poderia ser remediado por meio da adoção por cada igreja de sua própria “lei de comunhão”, simples e sucinta, para permitir e implementar a proposta de aliança abaixo, fortalecendo os laços de unidade e articulando o que até o presente momento têm sido pressuposto. Nossa opinião é que, tal como alguns assuntos em cada igreja são sérios o bastante para cada igreja atualmente Ter uma lei sobre tais assuntos – sérios demais para deixar que o assunto seja objeto de um acordo informal ou mera orientação não-aplicável – assim também se dá com questões de comunhão global. A Comissão considera que uma breve lei seria preferível a, e mais factível do que, a incorporação por cada igreja de um cânon detalhado e todo-abrangente definindo as relações inter-anglicanas, o qual a Comissão rejeita em vista da longa e quase impossível dificuldade de passar tal cânon intacto através dos processos legislativos de quarenta e quatro igrejas, bem como da possibilidade de alteração unilateral de tal lei.

118. Esta Comissão recomenda, portanto, e incentiva os primazes a considerarem a adoção pelas igrejas da Comunhão de um Pacto Anglicano comum, que tornaria explícitas e vinculantes a lealdade e os laços de afeição que governam as relações entre as igrejas da Comunhão. O Pacto abrangeria: o reconhecimento de uma identidade comum; as relações de comunhão; os compromissos de comunhão; o exercício da autonomia em comunhão; e o gerenciamento de assuntos da comunhão (incluindo conflitos). Uma redação possível aparece no Apêndice Dois. Nós enfatizamos que esta é apenas uma versão preliminar e um documento para discussão, e que neste estágio seria prematuro que qualquer igreja a adotasse. Na medida em que ela é amplamente descritiva de princípios existentes, se espera que sua adoção possa ser vista como relativamente consensual. O Pacto seria assinado pelos primazes. Por si mesmo, porém, ele não teria qualquer autoridade vinculante. Portanto, a breve “lei de comunhão” referida acima (parágrafo 117) poderia autorizar seu primaz (ou equivalente) a assinar o Pacto em nome daquela igreja e comprometê-la a aderir aos termos do Pacto. Como é imperativo para a própria Comunhão possuir e responsabilizar-se pelo Pacto, sugerimos que o seguinte processo de longo prazo, num contexto educativo, seja considerado para debate e acordo reais quanto a sua adoção como testemunho solene de comunhão:

- Discussão e aprovação de uma primeira versão pelos primazes
- Submissão às igrejas-membras e ao Conselho Consultivo Anglicano para consulta e recepção
- Aprovação final pelos primazes
- Autorização legal por cada igreja para a assinatura, e
- Uma assinatura solene pelos primazes num contexto litúrgico.

119. Esta Comissão crê que a justificativa para a adoção do Pacto Anglicano é irresistível:

- A Comunhão Anglicana não suportaria mais, em qualquer sentido, a perspectiva destrutiva de repetidos conflitos inter-anglicanos em nível mundial, tal como o gerado pela atual crise. Dadas as imperfeições de nossa comunhão e da natureza humana, indubitavelmente haverá mais discordâncias. É nossa co-responsabilidade instituir um mecanismo acordado que permita e mantenha a vida em comunhão, e que impeça e gerencie conflitos de comunhão.
- A idéia de adoção de um pacto não é nova no contexto ecumênico. As igrejas anglicanas têm comumente participado de pactos com outras igrejas para articularem suas relações de comunhão. Estes pactos ecumênicos provêem modelos muito apropriados com os quais os anglicanos podem aprender muito para seu próprio desenvolvimento das relações inter-anglicanas.
- A adoção de um Pacto é uma necessidade prática e um desafio teológico, e reconhecemos que o processo pode levar a um debate complexo. Um Pacto encarna a comunhão como fundamento visível em torno do qual os anglicanos podem se reunir para moldar e proteger sua identidade e missão específicas, e assim fazendo também oferece um recurso acessível a nossos parceiros ecumênicos em sua compreensão do que é o Anglicanismo.
- O ato solene de aderir a um Pacto possui o peso de uma obrigação internacional, de modo que, no evento de uma igreja mudar de idéia quanto a seus compromissos pactuados, essa igreja não poderia proceder interna e unilateralmente. O processo torna-se público e multilateral, enquanto que o unilateralismo envolveria uma ruptura das obrigações devidas a quarenta e quatro outras igrejas. A formalidade da ratificação pelos primazes publicamente reunidos também confere uma oportunidade única para um testemunho mundial.
- Um Pacto Anglicano mundial também pode auxiliar as igrejas em suas relações com os Estados onde existem. Em momentos em que a igreja enfrente pressões de seu(s) Estado(s) para adotar padrões seculares de vida e prática eclesial, um Pacto Anglicano internacional poderia fornecer um poderoso suporte à igreja, numa disputa com o Estado, para reforçar e sublinhar sua liberdade religiosa frente ao Estado.
- Como em todo documento relacional de notável importância histórica, que simboliza a confiança que as partes têm umas nas outras, algumas provisões de um Pacto serão suscetíveis de desenvolvimento por meio de interpretação e prática: ele não pode prever o impacto de eventos futuros. Por esta razão, a versão do Pacto se destina a permitir que as partes que aderem a ele ajustem essa relação e resolvam conflitos à luz de novas circunstâncias.

120. Enquanto o modelo predominante deva continuar a ser o da associação voluntária de igrejas, ligadas entre si pelo amor ao Senhor da Igreja, como discípulas e por sua herança comum, pode ser que o Conselho Consultivo Anglicano venha a encorajar plena participação de cada igreja no projeto do Pacto, por meio da construção de um entendimento de filiação à comunhão que se expresse na disposição de uma província de manter seus laços com Cantuária, e que inclua uma referência ao Pacto.

## Seção D: Mantendo a Comunhão

### Constatações gerais

121. A Comunhão Anglicana tem afirmado a importância da interdependência em inúmeras ocasiões. A questão que foi levantada em relação à ECUSA e à Igreja Anglicana do Canadá é que em relação a matérias de real e reconhecida relevância para ambas, elas não deram suficiente importância ao impacto de suas decisões em outras partes da Comunhão Anglicana. Isto, por conseguinte, gerou reações em outras províncias e primazes, o que ofende nossa compreensão de comunhão de maneira significativa.

122. A Comissão examinou longa e cuidadosamente as contribuições que lhe foram enviadas a respeito da ECUSA, da Diocese de New Westminster na Igreja Anglicana do Canadá, do Sínodo Geral desta Igreja e sobre vários primazes, os quais (sem consulta prévia a seus pares) têm recebido clérigos que estão em dificuldades com os seus próprios bispos. Não podemos evitar a conclusão que todos estes agiram de maneira incompatível com o princípio de interdependência da Comunhão Anglicana, e o nosso companheirismo tem sofrido imensamente, como resultado dessa situação. Além disso, nós lamentamos profundamente que os apelos do Arcebispo de Cantuária, dos primazes e desta Comissão por um período de “calma”, que permitisse que a mesma completasse o seu relatório, tenham sido ignorados por alguns e que um grupo de primazes e de províncias tenham se declarado em comunhão estremecida ou rompida com a ECUSA ou com a Diocese de New Westminster.

123. A Comissão lamenta que sem dar suficiente importância aos interesses mais amplos da Comunhão Anglicana:

- a ECUSA tenha procedido à sagração de Gene Robinson;
- a 74ª Convensão Geral da ECUSA tenha declarado que “comunidades de fé locais estão agindo dentro dos limites de nossa vida comum, na medida em que elaboram e experimentam liturgias de celebração e de bênçãos de união de pessoas do mesmo sexo”
- a Diocese de New Westminster tenha aprovado o uso de Ritos Públicos para bênçãos de uniões de pessoas do mesmo sexo
- o Sínodo Geral da Igreja Anglicana do Canadá tenha feito uma declaração afirmando a integridade e santidade das relações estáveis de pessoas do mesmo sexo
- um grupo de primazes e outros bispos tenham tomado para si interferirem nos assuntos de outras províncias da Comunhão.

Nossas recomendações unânimes em relação a essas questões estão manifestas abaixo.

### Sobre eleições ao episcopado

124. O Anglicanismo sempre afirmou que um bispo é mais do que simplesmente o pastor chefe de uma Igreja local. Os bispos são sagrados para uma ordem de ministério de toda a Igreja de Deus no mundo. Eles representam o universal no local e o local no universal. Sua aceitabilidade para a Igreja abrangente se expressa através da “confirmação da eleição” sob a autoridade do bispo metropolitano, em consulta com os demais bispos da província. Na estrutura anglicana atual, esta confirmação é prevista, de várias formas, nas constituições das províncias, freqüentemente envolvendo processos sinodais. Na ECUSA, tal confirmação é levada a efeito pelo consentimento dos Conselhos Diocesanos e dos bispos com jurisdição, ou do Sínodo Geral.

125. Há algumas áreas nas quais a questão da aceitabilidade não é clara. Por exemplo, há uma prática variada na Comunhão Anglicana com relação ao divórcio e ao re-casamento: há províncias onde seria inimaginável indicar um bispo que tenha se divorciado e casado novamente; há outras em que esta situação seria considerada como uma questão secundária. O fato do divórcio e de um novo casamento não pareceria ser, portanto, um critério crucial *per se*.

126. Há outros temas sobre os quais a Comunhão Anglicana expressou a sua compreensão. Como vimos, o tema polêmico da ordenação de mulheres ao episcopado foi objeto de um extenso debate e discussão na Comunhão por um tempo considerável, antes que um consenso fosse alcançado. Depois de pormenorizada consideração, os Instrumentos de Unidade concluíram que embora o ministério de uma mulher ao episcopado pudesse não ser aceito em algumas províncias, isto representava um grau de estremecimento que a Comunhão poderia suportar.

127. A Comunhão Anglicana tem também tornado clara a sua posição coletiva sobre a ordenação daqueles que estão envolvidos em uniões do mesmo gênero; e isso foi reiterado pelos primazes, através do seu endosso às resoluções da Conferência de Lambeth de 1998. Ao eleger e confirmar tal candidato frente às preocupações expressas por toda a Comunhão Anglicana, a ECUSA causou profundo agravo em muitos cristãos anglicanos fiéis, tanto na própria Igreja como em outras partes da Comunhão.

128. Nós não acreditamos que as pessoas envolvidas na eleição de um bispo para a sede de New Hampshire e no consentimento para a eleição são inteira ou exclusivamente culpados por isso: nem todos os envolvidos neste processo estaria necessária e totalmente informado a respeito dos conteúdos das resoluções que nós citamos. Na medida em que não há dúvida que, em termos de suas prerrogativas constitucionais, a ECUSA estava livre para tomar as medidas que adotou, não terá sido tão simples para os envolvidos avaliar os critérios que eles deveriam aplicar. Parece-nos que isso reforça a necessidade que temos de maior consciência na Comunhão Anglicana das posições expressas pelos Instrumentos de Unidade, e do impacto das decisões tomadas em uma Igreja sobre a outra.

129. No entanto, é verdade que os bispos da ECUSA, subseqüentemente ao encontro dos primazes em outubro de 2003, devem ser considerados como agindo em pleno conhecimento de que muitas pessoas na Comunhão Anglicana poderiam não reconhecer nem aceitar o ministério, como bispo na Igreja de Deus, de uma pessoa em aberto relacionamento com outra do mesmo sexo. Isto, inevitavelmente, levanta a questão do compromisso da interdependência da ECUSA como membro da Comunhão Anglicana, a que sua própria Constituição e Cânones referem.

130. Em termos da Comunhão ampla, e de nosso relacionamento mais amplo com vários parceiros ecumênicos fundamentais, a sagração em pauta trouxe muitas conseqüências prejudiciais. Em nossa percepção, os envolvidos no processo não deram a devida consideração, como poderiam e a nosso ver deveriam, às implicações mais amplas de sua ação. Cremos que há aqui uma importante lição, a qual tem implicações para o processo de indicação e eleição de bispos, em toda a Comunhão Anglicana.

131. Em nosso modo de ver, todos os envolvidos no processo de indicação episcopal, em qualquer nível, deveriam no futuro, à luz de tudo o que tem acontecido, dar a devida atenção à aceitabilidade do candidato em outras províncias de nossa Comunhão. Tal questão deve ser enfrentada desde o princípio, pelos responsáveis locais, pelos envolvidos em nível provincial na confirmação de uma eleição, e não menos por aqueles que, baseados nestas decisões, sagram a pessoa à ordem episcopal. A questão da aceitabilidade pode ser posta de várias maneiras. Há alguma razão para se esperar que a indicação e a eleição de um determinado candidato possa prejudicar nossas relações com outras províncias? Seria o ministério desta pessoa reconhecido ou aceito se ele ou ela for visitar outra província? Poderá esta pessoa ser “traduzível”?

132. A Comissão não acredita ser necessário ativar nenhum novo nível processual formal ou fórum nos quais essas questões deveriam ser tratadas, mas nós encaramos seriamente a questão da aceitabilidade, e queremos enfatizar que ela vai muito além do tema da homossexualidade. O que é necessário é uma mudança de percepção da parte de todos os envolvidos no processo de indicação, a fim de levarem em conta nossos laços de afeição e interdependência.

133. Nós aceitamos e respeitamos a posição assumida pelo Arcebispo de Cantuária em relação ao titular da Sé de New Hampshire.<sup>93</sup> Em vista da ampla não aceitação de seu ministério em outras províncias da Comunhão Anglicana, nós sugeri-

mos ao Conselho de Assessoramento manter a questão de sua aceitabilidade sob atenção cuidadosa. Nós também aconselhamos ao Arcebispo de Cantuária a exercer máxima cautela com respeito a possibilidade de admiti-lo ou convidá-lo a participar dos Conselhos da Comunhão, a menos que o Conselho de Assessoria (ou caso tal órgão não chegue a ser criado, a Reunião dos Primazes) indique o contrário.

134. Cientes das feridas e ofensas resultantes de eventos recentes e ainda considerando os imperativos da comunhão – o arrependimento, o perdão e a reconciliação cobrados de nós por Cristo – debatemos longa e arduamente como reunir todas as partes. Nós recomendamos que:

- a ECUSA seja convidada a expressar o seu arrependimento de que as limitações próprias aos laços de afeição foram ignoradas nos fatos relacionados à eleição e sagração de um bispo para a Sé de New Hampshire, e pelas conseqüências que se seguiram, e que tal expressão de arrependimento possa representar o desejo da ECUSA de permanecer no seio da Comunhão;
- em seqüência a tal expressão de arrependimento, os que tomaram parte na sagração de Gene Robinson deveriam ser convidados a considerar, em plena consciência, se eles deveriam retirar-se de funções representativas da Comunhão Anglicana. Nós encarecemos isto a fim de se criar um espaço necessário para possibilitar o processo de cura da Comunhão. Recomendamos que em sua conscientização, as pessoas envolvidas considerem o bem comum da Comunhão Anglicana e se aconselhem com seu primaz e o Arcebispo de Cantuária. Conclamamos a todos os membros da Comunhão que dêem o devido respeito a tais decisões conscientes;
- a ECUSA seja convidada a efetuar uma moratória sobre a eleição e consentimento à sagração de qualquer candidato ao episcopado que esteja vivendo em união com pessoa do mesmo sexo, até que algum novo consenso sobre o assunto surja na Comunhão Anglicana.

135. Finalmente, recomendamos que os Instrumentos de Unidade, através da Comissão Permanente, encontre formas práticas para que o processo de ‘escuta’, recomendado pela Conferência de Lambeth de 1998, possa ir adiante, para que venha a se atingir um maior entendimento comum na questão em pauta, das relações entre pessoas de mesmo gênero. Nós, particularmente, solicitamos uma contribuição da ECUSA que explique, a partir das fontes de autoridade que nós Anglicanos recebemos nas Escrituras, na tradição apostólica e na reflexão racional, como uma pessoa, vivendo uma união com alguém de mesmo gênero, pode legitimamente liderar o rebanho de Cristo. A nosso ver, tal resposta racional, dando seqüência ao trabalho da Câmara dos Bispos da ECUSA e considerando o trabalho recentemente desenvolvido pela Igreja da Inglaterra e outras províncias da Comunhão Anglicana, trará uma importante contribuição para a discussão em curso.

### **Sobre Ritos Públicos de Bênção de Uniões de Pessoas do Mesmo Sexo**

136. Desenvolvimentos recentes na Diocese de New Westminster e na ECUSA, em que ambas autorizaram ritos públicos para bênções de uniões do mesmo sexo em nível sinodal, são uma das presentes causas das tensões correntes na Comunhão Anglicana, e, portanto, isto é parte do mandato da Comissão de Lambeth o de estudar o assunto.

137. O concílio da Diocese de New Westminster, em 1998, aprovou a resolução de desenvolver um rito público para bênção de uniões do mesmo sexo. O bispo diocesano negou o seu consentimento. Em 1999, o bispo comissionou avaliações teológicas e canônicas à proposta, (esses relatórios estão disponíveis no website diocesano), mas não há nenhum registro de tentativa formal de consultar toda a província e a Comunhão Anglicana nas questões teológicas, ou de adiar procedimentos para permitir que tal consulta acontecesse, além da participação num debate emergencial na reunião do ACC/12 em Hong Kong, em setembro de 2002. De fato, a despeito da declaração da Conferência de Lambeth de 1998 que não se “recomendasse a legitimidade ou a bênção de uniões do mesmo sexo” as conclusões do Relatório Cadman foram a de que isso não era um tema teológico mas sim pastoral, e de competência, em termos de decisão, do nível diocesano. O grupo de trabalho sobre Jurisdição, estabelecido pelo Sínodo Geral Canadense a pedido da Câmara dos Bispos, concluiu em 2003 que “quando a jurisdição em uma matéria contenciosa não é especificada, isto será decidido no nível mais elevado que tem o direito de

decidir a questão”. Depois de haver retido o seu consentimento novamente em 2001, o bispo deu a sua aprovação quando ela foi apreciada, pela terceira vez, em 2002. O primeiro rito público foi efetivado em 2003, uns poucos dias depois do Encontro dos Primazes em Gramado.

138. Sem comentar a respeito do decoro constitucional das medidas que têm sido tomadas, gostaríamos de observar que, normalmente, nas Igrejas da Comunhão, não há uma liberdade não qualificada incondicional, seja por parte do bispo ou de uma diocese para autorizar textos litúrgicos, se eles forem inconsistentes com as normas dos usos litúrgicos e doutrinários existentes no Livro de Oração Comum da província, ou outros textos autorizados em nível provincial.

139. Na Igreja Canadense, um processo de discernimento está acontecendo no sentido de determinar em que extensão a bênção de uniões do mesmo sexo é uma questão doutrinária, assim requerendo, constitucionalmente, decisões em nível nacional. Em seu encontro em junho de 2004, o Sínodo Geral Canadense levantou essa questão para a Comissão Teológica dos primazes do Canadá, no sentido de se ela é, ou não, matéria de doutrina. O relatório desta Comissão deverá ser considerado em toda a Igreja, antes que a questão retorne ao Sínodo Geral, que acontecerá em 2007. O Sínodo Geral Canadense de junho também adotou, como parte de uma ampla resolução, a afirmação que declara “a integridade e santidade de relações comprometidas do mesmo sexo”. Enquanto essa declaração está sendo vista por alguns como uma mudança de ensino em parte da Igreja Anglicana do Canadá, a referência à Comissão Teológica inclui uma revisão da teologia subjacente a esta declaração e assim, a principal estratégia de ação a ser tomada pelo Sínodo Geral é adiar decisões até 2007, até que a devida consulta tenha acontecido.

140. Na ECUSA, o Comitê Teológico da Câmara dos Bispos concluiu em março de 2003 que

*“Dado a que na atualidade, na Igreja, não estamos próximos de alcançar o consenso a respeito das bênçãos de relações homossexuais, não podemos recomendar autorizações para o desenvolvimento de novos ritos para tais bênçãos. Por essas razões, aconselhamos a maior cautela, para que a Igreja continue a perceber a mente de Cristo nestas questões.”*

Mas em agosto daquele ano, a 74ª Convenção Geral recomendou o desenvolvimento de ritos públicos de uniões do mesmo sexo como possíveis dentro dos limites da vida comunitária da ECUSA (ver acima parágrafos 27 e 123), sem justificativa teológica formal ou consulta à Comunhão Anglicana.

141. As claras e repetidas declarações dos Instrumentos de Unidade têm também advertido contra o desenvolvimento e aprovação de tais ritos. Na medida em que proponentes de ações na Diocese de New Westminster e na ECUSA possam argumentar dizendo que tal recomendação tem somente autoridade moral, nós cremos que possa ser reconhecido que ações direcionadas para a autorização de tais ritos, em face da oposição por grande parte da Comunhão Anglicana, constitui a negação dos laços da Comunhão. Para que esses laços sejam propriamente reconhecidos e direcionados, as Igrejas dispostas a agir devem ter condições, de início, de demonstrar ao resto da Comunhão porque suas propostas estão de acordo com os critérios da Escritura, Tradição e Razão. No sentido de serem recebidos como um desenvolvimento legítimo da tradição, é necessário demonstrar como os ritos públicos de bênçãos para uniões do mesmo sexo possam constituir crescimento em harmonia com a tradição apostólica, como ela tem sido recebida.

142. Na medida em que eles começaram tais demonstrações, no presente poderia ser adequado dizer que muitas pessoas dentro da Comunhão não tiveram condições de perceber como a autorização de tal rito é compatível com o ensino da Escritura, Tradição e Razão. Em tais circunstâncias, não é de surpreender que tais desenvolvimentos sejam vistos, por alguns, mais como uma submissão ao espírito dos tempos, do que uma autêntica atualização do Evangelho.

143. Nós cremos que, ao proceder unilateralmente com a autorização dos ritos públicos de bênçãos para uniões do mesmo sexo, neste momento, isto vai contra as opiniões expressas formalmente pelos Instrumentos de Unidade e, além disso, constitui uma ação de rompimento com a legítima aplicação da fé cristã como as Igrejas da Comunhão Anglicana a receberam, bem como os laços de afeição na vida da Comunhão, especialmente o princípio de interdependência. Pelo bem de nossa vida comum, invocamos a todos os bispos da Comunhão Anglicana a honrar a Carta Pastoral dos Primazes de maio

de 2003, no sentido de que não autorizem os ritos públicos de uniões para o mesmo sexo. Os primazes declararam nesta ocasião:

*“A questão dos ritos públicos de união do mesmo sexo é, ainda, causa de uma controvérsia potencialmente divisória. O Arcebispo de Cantuária disse-nos, quando ele falou, que é através da liturgia que nós expressamos o que nós acreditamos, e que não há consenso teológico sobre tais uniões sexuais. Por conseguinte, nós como um corpo, não podemos apoiar a autorização de tais ritos.*”

Isto é diferente do dever de cuidado pastoral que é esperado de todos os cristãos, no sentido de responder com amor e compreensão à pessoas de todas as orientações sexuais. Como reconhecido no livro *True Union*, é necessário manter uma ampla gama de reações pessoais a situações particulares de atenção pastoral”.

144. Mesmo que nós reconheçamos que a ECUSA tenha tomado medidas para o desenvolvimento dos ritos públicos de bênçãos a uniões do mesmo sexo, por ação da Convenção Geral, a decisão da autorização repousa nos bispos diocesanos. Devido a sérias repercussões na Comunhão Anglicana, nós sugerimos uma moratória em todos estes ritos públicos, e recomendamos que os bispos que tenham autorizado tais os mesmos nos Estados Unidos e Canadá, sejam convidados a arrepende-se na, medida que o constrangimento dos laços de afeição tenham sido rompidos por tais autorizações. Mediante tal expressão de pesar, nós recomendamos que tais bispos sejam convidados a considerar, em toda consciência, se eles deveriam deixar, por si mesmos, funções representativas na Comunhão Anglicana. Nós recomendamos que as províncias tenham responsabilidade de empenhar-se num esforço de assegurar um compromisso por parte de seus bispos, para com a vida comum da Comunhão nesta questão.

145. Sugerimos a todas as províncias que estão engajadas no processo de discernimento, avaliando as bênçãos de uniões do mesmo sexo, para envolver a Comunhão num estudo continuado de razões bíblicas e teológicas, a favor e contra tais uniões. Tal processo de estudo e reflexão necessita incluir uma clarificação que contemple a distinção, se tal existe, entre uniões do mesmo sexo e casamento do mesmo sexo. Este chamamento para um estudo continuado não implica em aprovação de tais propostas.

146. Lembramos a todos na Comunhão que a resolução de Lambeth 1.10 encarece por um contínuo processo de escuta e discernimento, e que cristãos de boa vontade necessitam estar preparados para comprometer-se honestamente e francamente uns com os outros, em temas relacionados à sexualidade humana. É vital que a Comunhão estabeleça processos e estruturas para facilitar esta contínua discussão. Uma das mais profundas realidades que a Comunhão enfrenta é a constantediferença sobre este tema do ministério por e de pessoas que, abertamente, se comprometem sexualmente em relações homossexuais. Mesmo que este relatório critique a todos que tenham propagado mudanças, sem considerar suficientemente a vida comum da Comunhão, tem de ser reconhecido que o debate nesta questão não pode ser fechado, na medida em que sinceras, mas diferentes posições continuam, a ser observadas em toda a Comunhão. A última parte da resolução 1.10 de Lambeth não pode ser ignorada mais do que a primeira parte, como os primazes notaram. Mais ainda, qualquer demonização de pessoas homossexuais ou um tratamento doentio para com elas, é totalmente contra a caridade cristã e os princípios básicos do cuidado pastoral. Nós aconselhamos às províncias a serem pró-ativas em apoiar o chamado da resolução 64 de Lambeth (1988) para que se “reafirme, à luz de ... estudo e devido ao nosso conceito sobre direitos humanos, seu cuidado e atitude para com pessoas de orientação homossexual.”

### **A respeito dos grupos dissidentes**

147. A Comissão tem estado ciente das dificuldades e separações sentidas por anglicanos, individualmente, paróquias e dioceses, como resultado de decisões tomadas por províncias autônomas, o que causou uma profunda discordância. Em alguns casos, há uma longa história de suspeita e divisão sobre vários temas e o conceito sobre homossexualidade meramente acentuou o foco de reação por parte de cristãos anglicanos, cuja motivação é a de serem fiéis à fé e aos valores cristãos, como eles os entendem. Mas, em todos os casos, esta é uma situação que clama por cura e reconciliação.

148. Ao encaminhar esta situação, a Comissão reconhece e deseja destacar a importância e relevância do papel historicamente reconhecido do bispo, como a essência principal da eclesiologia Anglicana. Tensões são particularmente agudas, quando paróquias ou dioceses sentem que a liderança espiritual de sua Igreja está comprometida.

149. Em algumas instâncias, este rompimento da confiança tem sido tão acentuado, que uma paróquia ou diocese têm se considerado a si mesmas sem condições de aceitar o ministério de um bispo associado à tal ação contrária, e têm convidado bispos de outras partes da província, ou fora dela, para obter supervisão pastoral e sacramental. Em alguns casos, há primazes e bispos que têm aceitado esses convites, com ou sem referência às autoridades próprias da diocese concernente. Queremos deixar claro que nós compreendemos plenamente os aspectos básicos que causaram essas ações, embora cremos que elas deveriam ter sido encaminhadas de modo diferente.

150. Em tais circunstâncias nós clamamos à Igreja ou província em questão para reconhecer primeiro que os grupos dissidentes em seu seio estão, como elas, procurando ser membros fiéis da família anglicana; e segundo, nós clamamos aos bispos envolvidos, tanto os bispos “de casa” como os que estão intervindo, como líderes e pastores cristãos, a trabalhar incansavelmente para reconstruir a confiança que se perdeu.

151. Somente naquelas situações onde haja um extremo rompimento da confiança, e como um último recurso, nós recomendamos uma provisão condicional e temporária de supervisão e delegação pastoral para aqueles que são dissidentes. Essa supervisão deve ser suficiente para prover um grau de segurança e credibilidade para a parte da comunidade separada, para que não se sintam à mercê de uma liderança potencialmente hostil. Enquanto a provisão temporária de uma supervisão pastoral está acontecendo, deve haver também um comprometimento mutuamente aceito para uma afetiva reconciliação.

152. Durante este período deve ser axiomático que o bispo titular possa delegar algumas de suas funções, direitos e responsabilidades, para o bispo visitador. Nesse sentido, nós recomendamos as propostas para supervisão pastoral episcopal delegada, estabelecida pela Câmara dos Bispos da ECUSA em 2004. Acreditamos que essas propostas são inteiramente razoáveis, se elas forem aplicadas e implementadas responsavelmente por cada um envolvido. Nós, particularmente, recomendamos o apelo às estruturas determinado pela declaração política da Câmara dos Bispos, e consideramos que estas estabelecem um significativo grau de segurança. Não vemos razão pela qual tal supervisão sacramental e pastoral delegada não possa ser executada por bispos aposentados de dentro da província em questão, e recomendamos que uma província, nessa situação, deva manter uma lista de bispos que possam ser disponíveis e aceitáveis para desenvolver tal ministério. Em princípio, não vemos dificuldades em bispos de outras províncias da Comunhão estarem envolvidos com a vida de paróquias específicas, sempre sob esses termos, em casos apropriados.

153. Somos conscientes de que a Igreja Anglicana do Canadá está considerando a adoção de um esquema similar, e perguntamos se os seus propósitos também estariam sendo encaminhados nesse sentido e recebidos como um testemunho de cooperar conjuntamente, de acordo com os princípios que delineamos acima.

154. A Comunhão Anglicana reconhece a antiga norma da Igreja de que todos os cristãos devem estar unidos em suas orações, adoração e celebração dos sacramentos. A Comissão acredita que todos os anglicanos devem tentar viver sob este ideal. Na medida que há instâncias na política das Igrejas anglicanas, no sentido de que mais de uma jurisdição possa existir em um lugar, isto é algo para ser desencorajado, mais do que propagado. Não estamos a favor do estabelecimento de jurisdições paralelas.

155. Nós clamamos a todos os bispos que crêem que é seu consciente dever de intervir em províncias, dioceses e paróquias, além das suas próprias:

- de expressar pesar pelas conseqüências de suas ações;
- de afirmar seu desejo de permanecer na Comunhão, e
- de efetuar uma moratória em qualquer intervenção posterior.

Também recomendamos a esses arcebispos e bispos para buscar uma integração com os bispos das dioceses cujas paróquias eles tomaram a seus próprios cuidados.

Nós ainda recomendamos àqueles bispos diocesanos da ECUSA que recusaram contemplar as propostas estabelecidas pela sua própria Câmara dos Bispos, a reconsiderar sua própria posição nesta questão. Se eles se recusam a isso, em nossa visão, eles estarão fazendo uma declaração de separação à sua adesão à política de sua própria Igreja.

### **Conclusão**

156. Nós recomendamos a todos os grupos em disputa a procurar caminhos de reconciliação, e curar nossas divisões. Nós temos já indicado (parágrafos 134 e 144) algumas das soluções as quais a ECUSA e a Diocese de New Westminster podem comentar com a Comunhão, de uma maneira que se obtenha uma futura reconciliação. Nós temos apelado àqueles que intervêm em províncias e dioceses, similarmente, a agir com renovado respeito. Esperamos que todas as províncias respondam com generosidade e caridade a respeito de tais ações. Seria bom que houvesse necessidade de uma discussão formal sobre o caminho da reconciliação e um Ato simbólico de Reconciliação, o que marcaria um novo começo para a Comunhão e um compromisso comum de proclamar o Evangelho de Cristo a um mundo dividido e necessitado.

157. Ainda permanece um real perigo de que nós não possamos escolher o caminhar juntos. Pode não ser necessário o chamado para parar e descobrir caminhos de continuidade em nossa presente Comunhão, então nós temos que começar a aprender a caminhar separados. Nós preferiríamos não especular sobre ações que precisam ser tomadas se, depois da aceitação pelos primazes, nossas recomendações não forem implementadas. No entanto, nós notamos que há, em qualquer disputa humana, caminhos que podem ser seguidos: processos de mediação e arbitragem; não serem feitos convites para encontros e relevantes corpos representativos; se os mesmos forem feitos, somente com “status” de observador; e como uma última medida, a retirada da membresia. Nós esperamos que nenhuma dessas alternativas seja necessária. Nosso alvo sempre tem sido trabalhar, não para a divisão, mas para a cura e restauração. O real desafio do Evangelho é se nós vivemos profundamente no amor de Cristo, e cuidamos suficientemente para que nosso trabalho conjunto traga aquele amor ao mundo, então nós estaremos “fazendo todo o esforço para manter a unidade do Espírito no laço da paz” (Ef. 4.3). Como os primazes declararam em 2000, “voltar as costas um para o outro significa afastar-se da Cruz” e, inclusive, de servir ao mundo que Deus ama e pelo qual Jesus Cristo morreu.

### **Nota da Secretaria-Geral**

O presente relatório foi traduzido pelo Rev. Oswaldo Kickhofel, Profa. Vera Lúcia Simões de Oliveira e pelo Prof. Joanildo Burity. A todos, o nosso agradecimento pelo esforço, colaboração e dedicação dispendidos em suas preciosas horas vagas.

Devido a questões de padronização e do tempo exíguo para a tradução, eliminamos as notas de rodapé (que são um complemento, portanto, ausência não prejudicam a essência do texto principal) e os apêndices. Pedimos a compreensão dos nossos leitores e leitoras.

O documento original pode ser obtido no website oficial da Comunhão Anglicana, no seguinte link:  
***<http://www.anglicancommunion.org/windsor2004/index.cfm>***